

Indústria hoteleira

Sindicato afecto à linha Inter contestado por trabalhadores

"CONTESTAMOS de facto a actual direcção do Sindicato porque, exactamente, não é uma direcção democrática. Ela não está ao serviço de todos os trabalhadores. Demonstra um sectarismo político e partidário realmente muito definido. E por conseguinte uma direcção que reúne mais na avenida da Liberdade que no próprio Sindicato. Efectivamente, ela não serve de maneira nenhuma os trabalhadores da indústria. Mais ainda: contestamos, também, porque ela se tem vindo a contradizer em análises que faz (agora, por exemplo, que se levantou o problema dos congressos), em que, concretamente, o senhor Américo Nunes vem defender claramente a posição da Intersindical, quando publicamente ele admitiu que oitenta por cento de trabalhadores de hotelaria eram socialistas".

Como primeiro pronunciamento, assim se referiram três elementos da indústria hoteleira nacional que se insurgem de viva voz contra os processos, já em prática, da campanha para as eleições do Sindicato a que pertencem.

Manifestando-se defensores de um Sindicato democrático, independente e de base, João Gil Gomes (Apolo 70), José Francisco Cuiça (restaurante Convés) e Neves Pereira (hotel Ritz), revelam o que efectivamente acham poder ser apreciado pela grande maioria dos 56 000 trabalhadores da classe de que fazem parte. Por isso, e a propósito do motivo que os leva a contestar a actual direcção do seu Sindicato, logo acrescentaram:

"Por conseguinte, nós estranhámos que Américo Nunes hoje venha defender uma Intersindical de que é um membro do secretariado, julgamos que só isso o pode levar a pensar daquela maneira. Por isso, as vezes que se levantam são da maioria dos trabalhadores. Po-

demos fazer referência, por exemplo, às últimas assembleias de delegados que têm 50-60 pessoas, como aconteceu na última, e nos parece significativo. Chamamos mesmo a atenção para a própria eleição desta direcção, que reuniu três por cento de tão numeroso grupo de trabalhadores. Na altura, contribuiu para isso a colocação de uma única mesa de voto que criou muitas dificuldades e a forte implantação que de momento tinham conseguido na zona da baixa de Lisboa deulhes os votos para serem eleitos. Assim, houve tentativa de desmobilizarem e dividirem os trabalhadores. Por isso dizemos que é uma direcção que não resolve os problemas dos trabalhadores e se apresenta de um sectarismo político".

Carta Aberta a um congresso

"O PAÍS" — O que pensam do congresso de Coimbra e da Carta Aberta relacionada com o mesmo?



Neves Pereira respondeu:

"A Intersindical pretende fazer um congresso, dizendo ser só para os Sindicatos filiados. Ora, nós pensamos logo que isso seria uma medida anti-democrática, pois há muitos Sindicatos não filiados. Mais ainda: para nós, nem sequer admitimos que a Inter se possa intitular representativa dos trabalhadores, na medida em que as direcções do secretariado da Inter não tiveram dez por cento da participação dos trabalhadores nas votações, por conseguinte, isso é desligar completamente os outros 90 por cento da votação e os Sindicatos que subscrevam a Carta Aberta. Portanto, há no País 40 Sindicatos que subscrevam a Carta Aberta e que já fizeram trabalho no sentido de conseguir um Congresso aberto a todos os Sindicatos.

"A Inter discordou de vários pontos, pois houve problemas que é difícil ultrapassar neste momento e que eles não querem realmente ceder, pois isso conduzi-los-á à sua derrota: é o problema da paridade em que

eles pretendem fazer-se representar em termos majoritários, defendendo que são mais Sindicatos que estão filiados na Inter dos que subscrevem a Carta Aberta. Nós, com isso, respondemos exactamente com a participação que houve nas eleições, a maneira como o secretariado foi eleito, a representatividade que tinha e a implantação junto dos trabalhadores. Inclusive, pois, que a direcção do Sindicato de Hotelaria teve três por cento de votação entre os trabalhadores. Portanto, um aval muito reduzido para hoje se falar em nome de 56 000 membros.

"Outro problema que se põe é exactamente a participação dos órgãos de Informação. A Intersindical é de parecer que não devem participar todos os órgãos que a eles não oferecem a confiança necessária. Os Sindicatos que subscrevem a Carta Aberta defendem que deve haver a participação de toda a Informação. Nós pensamos que, por exemplo, se fosse só "O

Diário", pois nem sequer havia discussão.

"Depois levantam-se os outros problemas de quem quer a unidade ou não. Efectivamente, nós pensamos que não querem a unidade. Que a maioria dos trabalhadores estão com os Sindicatos da Carta Aberta e isso concertiza não vai evitar a cisão no movimento sindical, na medida em que eles se mantêm com a meia dúzia de Sindicatos que possam ficar afectos à sua linha".

— Porque motivo é que só se abre a campanha para a eleição da nova direcção com um mês de antecedência?

— Pois é evidente que ao Sindicato convém dar um mínimo de tempo para que os trabalhadores sejam esclarecidos. Convém manter uma situação de confusão, de ignorância mesmo, inclusivamente adiantar as negociações do contrato para se demonstrar que se está a fazer um bom trabalho e assim não fazer a desmobilização para não haver participação em massa nas eleições. Aliás, esse é um dos maiores perigos que o processo corre. No entanto, nós vamos trabalhar duro dentro desse tempo e vamos tentar consciencializar todos de que todas as manobras já à vista só podem ser consideradas de golpistas".

Viagens que se fazem

— Têm-se registado várias viagens de elementos sindicalistas ao estrangeiros, nomeadamente a países de Leste. Qual a vossa opinião sobre as mesmas?

"Efectivamente, os seguros das pessoas que viajaram aos países de Leste foram pagos com dinheiro dos trabalhadores. Mais ainda: neste momento, encontra-se na Polónia um indivíduo da direcção do Sindicato que também está a expensas dos trabalhadores. Aliás, isso foi um caso focado na última reunião realizada no hotel Ritz, mas que não obteve resposta pois foi dito que isso estava fora da ordem dos trabalhos.

"O objectivo, em princípio, foi fazer uma abertura a um Turismo que eles chamavam de

massas. Nós lembramos que certa ocasião Américo Nunes disse que o hotel Ritz devia ser transformado: devia servir ali sardinha assada, etc., mas o que é certo é que estas viagens devem ter uma outra intenção, ou seja, aprender os métodos que se usam politicamente para depois aplicar em Portugal. Trazem-se coisas novas mas para o interior do Partido. Para nós, trabalhadores, nada se trouxe de importante. E isso que se discorde inteiramente: que se façam viagens a países de Leste e que tragam, vamos lá, projectos que mais não fazem que dividir-nos e amachucar-nos ainda mais. Quer dizer: a linha do Sindicato é nem mais nem menos que nos tempos da "velha senhora". Os métodos são os mesmos: anti-democráticos cem por cento. O mais grave é que são os trabalhadores que têm pago tudo isto. Não é por acaso que aparecem mais de 22 mil contos de despesas no orçamento de 1976".

Sindicatos metalúrgicos insistem: «ofensiva da reacção capitalista»

J. Novo
16/9/72

Está em curso uma teroz e generalizada ofensiva das forças da reacção capitalista e seus aliados contra os sindicatos revolucionários e a Central Única dos Trabalhadores Portugueses; contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controle operário — afirma-se num documento lido no início da conferência de Imprensa efectuada ontem pelo Secretariado dos Sindicatos Metalúrgicos para divulgar as conclusões do plenário das direcções sindicais metalúrgicas realizado nos dias 13 e 14 deste mês.

No citado documento «as direcções dos sindicatos metalúrgicos apelam para os trabalhadores de todo o país e de todas as profissões para que façam da preparação e realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da Central Única uma ampla campanha de massas contra o divisionismo e o oportunismo, pela unidade dos explorados, contra a recuperação capitalista e o fascismo, pela democracia, pelo socialismo».

Numa alusão ao grupo da «Carta Aberta» as direcções dos sindicatos metalúrgicos consideram que as reuniões levadas a efeito em Coimbra «não servem os interesses de quem trabalha, antes favorecem a divisão do movimento sindical que, a verificar-se, desarmaria os trabalhadores face à ofensiva da recu-

peração capitalista em curso». Apoiam, por outro lado, as decisões tomadas pelos 170 sindicatos filiados e não filiados na Intersindical reunidos em Lisboa em 4 do corrente, considerando aquela reunião, «na qual se elegeu democraticamente uma Comissão Organizadora Provisória do Congresso», como «um importante passo adiante para o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses e do movimento sindical».

ATAQUE À COMUNICAÇÃO DE MÁRIO SOARES

Num outro documento, cujo texto foi aprovado pelos sindicatos metalúrgicos de todo o país, com uma abstenção do Sindicato de Aveiro, as direcções sindicais metalúrgicas tomam posição face à recente comunicação ao país do Primeiro-Ministro, discordando das ideias que Mário Soares «tem acerca de quem são os autores da crise actual» e dos «modos como vai tentar resolver a crise de que falou», ou seja, dizem, «à custa dos trabalhadores».

Depois de enumerarem os pontos do discurso do Primeiro-Ministro que os «afectam directamente, tais como restrição do direito à greve, Títulos do Tesouro em paga de parte do 13.º mês, entrega de empresas em autogestão, incentivo aos despedimentos», afirmam que «não é com medidas deste teor

que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional», e que «o Governo «esqueceu-se» de apresentar medidas e soluções para os grandes problemas que neste momento afligem os trabalhadores» e que consideram ser nomeadamente os seguintes: «criação imediata de novos postos de trabalho; congelamento dos preços dos produtos essenciais; assistência aos reformados e aumento das pensões de reforma; fim dos despejos; obrigatoriedade de negociação e cumprimento pelo patronato dos CCT; apoio imediato à reforma agrária, em meios técnicos e na comercialização dos seus produtos; combate firme à sabotagem económica. Obrigatoriedade de cumprimento dos contratos de arrendamento. Reintegração dos trabalhadores saneados após o 25 de Novembro; julgamento imediato de pides e bombistas».

Decidiram, assim, que o Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos peça uma entrevista ao Primeiro Ministro, para lhe ser apresentada a posição do sector referente a cada ponto do seu discurso. O Secretariado foi também incumbido de propor uma entrevista ao secretário de Estado da Comunicação Social, a quem pedirão que «tome medidas contra a escalada reacção em certos órgãos de informação».

O PROBLEMA DO C.C.T.

Finalmente, foi abordado o problema da contratação colectiva do sector, que «opõe os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica às associações patronais das cutelarias e das montagens e reparações de automóveis», as quais, afirma a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, «continuam a faltar às negociações a que se comprometeram no Ministério do Trabalho».

Aquela federação acrescenta que, apesar de o Ministro do Trabalho não ter ainda respondido a uma proposta feita em 7 do corrente pela comissão sindical de negociações do CCT vertical para que lhe fosse concedida «uma entrevista a fim de se encontrar uma solução para o conflito», os dirigentes metalúrgicos «querem ainda acreditar» que aquele membro do Governo «será capaz de intervir a tempo de evitar um conflito que envolve mais de duzentos mil trabalhadores e cujas consequências são imprevisíveis».

Caso aquele Ministério não resolva o problema, os trabalhadores do sector, reunidos em assembleias gerais em todo o país, decidirão das formas de luta a pôr em prática — foi ainda afirmado por um elemento do Secretariado Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos.

Deublin
16/9/76

Contra a Recuperação Capitalista Contra o Divisionismo e o Oportunismo



EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA

A preparação do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA tem lugar num momento decisivo para o futuro das classes laboriosas da nossa Pátria.

Nunca como hoje, depois do 25 de Abril, o capital interno e o imperialismo avançaram tão unidos e organizados contra as conquistas dos trabalhadores e suas organizações de classe.

Está em curso uma feroz e generalizada ofensiva das forças da reacção capitalistas e seus aliados contra os Sindicatos Revolucionários e a Central Única dos Trabalhadores Portugueses, contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o Controlo Operário e todas as conquistas dos trabalhadores.

O Governo planeia limitar o Direito à greve e ameaça os trabalhadores com as forças de segurança; pretende fazer regressar os patrões sabotadores às empresas e facilitar o despedimento de trabalhadores; projecta permitir o aumento dos preços dos produtos e impedir a actualização dos salários de acordo com a subida do custo de vida; prepara-se para indemnizar em milhões de contos os latifundiários e outros parasitas

e retirar aos trabalhadores parte do 13.º mês.

É tempo de nos unirmos! É tempo de avançarmos unidos na organização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA. Só assim seremos capazes de nos opormos com êxito à ofensiva da recuperação capitalista em marcha.

A Reunião Geral de Sindicatos realizada em 4 do corrente, em que estiveram presentes 170 sindicatos representativos de mais de 1 milhão e 400 mil trabalhadores e na qual se elegeu democraticamente uma Comissão Organizadora Provisória do Congresso em que estão representados sindicatos dos mais importantes sectores de actividade e de todas as regiões do país e ainda as mais significativas correntes do pensamento sindical português, foi um importante passo adiante para o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses e do Movimento Sindical.

Estão assim criadas as condições para que nenhuma Direcção Sindical possa, sem trair os trabalhadores que representa e os princípios democráticos, afastar-se da organização e do CON-

GRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA.

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos não podem deixar de censurar a actuação de um reduzido número de Direcções Sindicais — das mais contestadas pelos Associados — que recusando-se a aceitar os princípios da Democracia Sindical estão pondo em perigo a unidade dos Trabalhadores e a fomentar, ainda que afirmem o contrário, a divisão e o pluralismo no Movimento Sindical Português.

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos consideram que as reuniões levadas a efeito em Coimbra por um grupo minoritário de Sindicatos com grande cobertura e apoio da Televisão, da Rádio e outros órgãos de informação de direita, não servem os interesses de quem trabalha, antes favorecem a divisão do Movimento Sindical que, a verificar-se, desarmaria os Trabalhadores face à ofensiva de recuperação capitalista em curso.

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos apoiam as decisões tomadas pelos 170 Sindicatos fi-

liados e não filiados na INTER-SINDICAL reunidos em 4 do corrente e chamam os promotores das reuniões de Coimbra a aceitarem os princípios democráticos e a integrarem-se na organização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA.

Assim servirão essas Direcções Sindicais os interesses dos trabalhadores que representam.

De outra forma serão responsáveis pela divisão do Movimento Sindical colocando-se, por mais que falem em democracia e em socialismo, ao lado do patronato.

As Direcções dos Sindicatos Metalúrgicos apelam para os trabalhadores de todo o País e de todas as profissões para que façam da preparação e realização do CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E PELA REESTRUTURAÇÃO CENTRAL ÚNICA uma ampla campanha de massas contra o divisionismo e o oportunismo, pela unidade dos explorados contra a recuperação capitalista e o fascismo, pela democracia e pelo socialismo.

A LUTA CONTINUA UNIDOS VENCEREMOS

DOCUMENTO APROVADO PELOS SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DE: ALENTEJO, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, COIMBRA, FARO, FUNCHAL, LEIRIA, LISBOA, PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO, VILA REAL E VISEU.

ABSTEVE-SE O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE AVEIRO.

Revisão da contratação colectiva - 1

Este país não suporta mais greves

- afirma o secretário de Estado do Trabalho

Entrevista de ANTÓNIA DE SOUSA • Fotos de ALVARO TAVARES

«Este país não suporta mais greves», afirmou-nos o secretário de Estado do Trabalho, no decurso de uma entrevista em que referiu a história do movimento sindical português para explicar a situação actual da contratação colectiva. «Fala-se muito em contratos verticais, na verticalização da contratação colectiva. Na verdade, que eu saiba, não há um único contrato que abranja todo o pessoal de uma mesma empresa ou de um mesmo sector.»

Maldonado Gonelha, que começou a sua vida profissional como operário electricista, apontou ainda alguns dos aspectos do projecto da nova regulamentação da contratação colectiva, a apresentar à Assembleia da República. «Neste momento, o Ministério está habilitado já com as alterações que acha que o Governo pode introduzir no actual diploma da contratação colectiva. Nos termos do Programa do Governo, vai apresentar a Conselho de Ministros um projecto sobre a revisão total não só da contratação colectiva de trabalho mas também da outra legislação. Estamos a viver com um diploma do contrato individual de trabalho de antes do 25 de Abril, o 49 408, que tem de ser realmente alterado.»

O primeiro secretário de Estado do Governo Constitucional, que foi um dos activistas da Intersindical clandestina, mostrou-se preocupado com a cisão no movimento sindical português, lesivo, segundo disse, dos interesses dos trabalhadores. «Tenho esperança de que não haja mais do que uma central sindical neste país. Mas se houver, se vier a haver quem neste momento assumiu a responsabilidade de ter provocado isso, estou convencido de que foi o secretariado da Intersindical.»

«Para se compreender a situação actual da contratação colectiva, há a necessidade de explicar como é que os trabalhadores portugueses estavam organizados antes do 25 de Abril e como se organizaram depois.»

Partindo desta premissa, o secretário de Estado do Trabalho recordou os sindicatos profissionais de antes do 25 de Abril, de que estavam excluídas grandes massas de trabalhadores, como os rurais, os pescadores, os trabalhadores domésticos, os funcionários públicos e os funcionários da Administração local, que não tinham podido organizar-se sindicalmente.

«Os que trabalhavam por conta de entidades privadas ou empresas de economia mista, chamados os trabalhadores por conta de outrem, estavam organizados, na sua maioria, quase exclusivamente em sindicatos profissionais.»

Havia, porém, algumas excepções: os bancários e os seguros. «Isso determinou que, a partir de 1969, quan-

do começou a haver a pseudo-liberalização da política de trabalho de Marcelo Caetano, os sindicatos tratassem de se organizar, negociando contratos colectivos de trabalho mais vastos do que os das suas próprias profissões. Nessa altura, começaram a aparecer as chamadas comissões intersindical, de maneira a poder negociar contratos que tendessem a ser verticais. Foi de resto assim, para além das necessidades políticas — é evidente —, que nasceu a Intersindical.»

Depois desta pequena retrospectiva, Maldonado Gonelha passou a referir o movimento sindical após o 25 de Abril:

«Depois do 25 de Abril, apesar de se ter tentado um movimento que levasse à verticalização dos sindicatos, na prática isso não aconteceu. Antes do 25 de Abril, havia 322 sindicatos; neste momento, não tenho números e suponho que ninguém os tenha exactos, mas são com certeza mais de 340 e há quem avance 380 sindicatos.»

Como explicar esta contradição? Na opinião de Maldonado Gonelha, isto deve-se à criação de novos sindicatos em sectores profissionais que antes não estavam sindicalizados, «mas também se deve a uma pulverização sindical que continua a existir.»

«Não houve verticalização no sentido de aglutinar os trabalhadores em organismos de classe verticais — prosseguiu —. O que tem havido é alguns sindicatos ou Federações tentarem polarizar a luta, à sua volta, através de um contrato colectivo que procuram que seja vertical. Na prática, não há um único exemplo, um único contrato que represente todos os trabalhadores de uma mesma

empresa, de uma mesma indústria. Ora, não estamos convencidos de que é extremamente importante que a verticalização exista.»

DA IMPORTANCIA DA VERTICALIZAÇÃO

A importância da verticalização faz-se sentir sobretudo no sector nacionalizado, segundo o secretário de Estado do Trabalho.

«A verticalização é a única maneira de poder fazer conciliar a uniformização do estatuto de condições de trabalho do pessoal, resultante das fusões das empresas que foram nacionalizadas, numa só, como por exemplo a Petróleo, a Electricidade de Portugal, etc., mantendo a contratação colectiva nesse mesmo sector.»

É indispensável, porém, que esses contratos sejam completamente verticais, pois de contrário o que poderia acontecer é que, contratos ditos verticais — há pessoas que ironicamente lhes cha-

mam contratos obliquos, pois já não são horizontais, mas ainda não são verticais — abrangendo uma grande maioria de trabalhadores, deixassem na prática, umas quantas profissões de fora, «o que era grave, proque criava, dentro de uma mesma empresa, estatutos de pessoal, condições de trabalho diferentes.»

Maldonado Gonelha recorda a sua experiência de operário para repudiarem os privilégios de certas camadas profissionais:

«Eu, que comecei a trabalhar como aprendiz de electricista, ainda sou do tempo de me lembrar dos electricistas se baterem pelo dia do electricista, que era o 23 de Setembro. Quer dizer: nas empresas em que havia electricistas, estes no dia 23 de Setembro não trabalhavam, enquanto todos os outros continuavam a trabalhar. Isto é um absurdo. Não tem sentido hoje em dia.»

700 000 TRABALHADORES ABRANGIDOS PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Depois do 25 de Abril, assisteu-se a numerosas lutas desenvolvidas por salários mais altos e melhores condições de trabalho. Quantos trabalhadores estão abrangidos por contratação colectiva? É ainda vultoso o número daqueles cujo trabalho não está regulado por nenhuma convenção colectiva?

A resposta do secretário de Estado do Trabalho começa por referir a necessidade de reestruturação do Ministério, «estruturado, como todo o aparelho do Estado, para fazer face a uma dada concepção do Estado e do Governo, a um determinado tipo de sociedade». Muitos dos seus

funcionários são formados em Direito e com alta competência jurídica, mas ignorantes, segundo Maldonado Gonelha, em economia, «o que cria graves problemas». A reestruturação do Ministério aponta no sentido de lhe dar competência técnica em economia, sobretudo em economia de empresa e economia do trabalho. «Isto para explicar porque não consigo dizer quantos trabalhadores estão abrangidos pelas convenções colectivas de trabalho e quantos não estão.»

«Os números que temos — prossegue o secretário de Estado do Trabalho —, e que são de uma precisão muito discutível, é que, depois do 25 de Abril, foram estabelecidas por convenções colectivas negociadas ou através de portaria de regulamentação de trabalho umas 2000 convenções. Estas convenções abrangem cerca de 700 000 trabalhadores. Os outros dois terços ficaram realmente com baixíssimos salários e, neste momento, é nes-

ses sectores que se começa a verificar talvez a conclusão de algumas convenções, nomeadamente nas conservas, na cerâmica e, vamos lá ver, nos trabalhadores rurais e outros sectores, portanto o sector primário.»

A produtividade dos sectores tem sido, na opinião de Maldonado Gonelha, um dos condicionantes da contratação colectiva:

«Isto não acontece por acaso. O sector primário contribui para o produto nacional bruto, tanto quanto sei, com 18 por cento, quando tem um terço da população activa. Enquanto a indústria transformadora secundária contribui com 34 por cento, salvo erro, e tem também sensivelmente um terço da população activa. Portanto, é um problema de produtividade. É esse o grande problema que se põe nesses sectores.»

A falta de investimentos foi agravado em alguns sectores seguidos o discurso do secretário de Estado do Trabalho — particularmente em grandes empresas, pelo absentismo, pela desautorização das hierarquias e pela própria irresponsabilização desses postos hierárquicos, dos próprios conselhos de administração que se retraem e não exercem a autoridade plena.

PRODUTIVIDADE MAIS BAIXA, O SECTOR PRIMÁRIO É TAMBÉM O ECONOMICAMENTE MAIS DÉBIL. NÃO SE PRATICAM AL INVESTIMENTOS OU REINVESTIMENTOS, GERANDO-SE UM CÍRCULO VICIOSO, POUCO MENOS PRODUTIVO OS TRABALHADORES NÃO PODEM VER MELHORADA A SUA SITUAÇÃO.

«Ora, isto só seria assim — observa Maldonado Gonelha — se não estivessemos preocupados e obrigados pela Constituição em praticar a justiça social. Para tal, é necessário que haja esquemas de correcção dessas situações, medidas que estão aliás a ser lançadas ao nível do Ministério da tutela, através do redimensionamento de empresas, de reestruturação de sectores, de maneira a torná-los produtivos.»

Aqui Maldonado Gonelha lembra que a produtividade não está na relação imediata da quantidade de trabalho executada pelo trabalhador, mas é condicionada por outros factores:

«O ministro da Indústria costuma afirmar que o aumento da produtividade não depende exclusivamente da boa vontade do trabalhador,



«Dois terços da população activa continua com salários baixíssimos»

de este trabalhar muito ou pouco, depende sobretudo do investimento. Ele costuma contar isto de esta forma: «Se eu comprar uma enxada que custa 100\$00 e a der a um trabalhador rural, ele cava de sol a sol e mal amanhã a terra para comer. Se lhe der um tractor de 150 contos, ele pode reduzir o horário de trabalho e produzir muito mais. Este é que é o problema do sector primário e de outros sectores economicamente mais débeis.»

A RETRACÇÃO DOS INVESTIMENTOS DEGRADOU A PRODUTIVIDADE

«Exactamente. Ali é que as medidas do Governo têm de intervir — replica Maldonado Gonelha — não podem ser os trabalhadores a suportar e a abdicar continuamente de situações algumas extremamente dramáticas. Há contratos que se estavam por dezasseis meses de negociação. Isso também não pode continuar. Por outro lado, é também preciso que se fa-



MALDONADO GONELHA: «Antes do 25 de Abril havia 322 sindicatos. Hoje, embora não haja números exactos, existem mais de 340 e há quem avance 380»

Continue de 13/9/76

Maldonado Gonelha: «(dois terços da população activa continua com salários baixíssimos)»

(Continuação da pág. 3)

partida, sectores houve que nem sequer nove meses ganharam, porque as firmas não tinham produção e estiveram paradas. Além disso, eu posso dar um exemplo: houve uma empresa, na qual 150 trabalhadores resolveram fazer uma greve a pretexto de uma reivindicação interna. Realmente eles tinham razão, tratava-se de uma correcção de justiça interna e a administração não estava a ver bem o problema. A verdade, porém, é que houve uma greve durante dois meses que custou 550 000 contos a este País. Foram 150 trabalhadores que fizeram greve numa empresa que tem à volta, quero dizer, de 7000 trabalhadores. Sucede que a proposta do contrato dos mineiros não pode ser aceite e o contrato teve de ser resolvido por uma arbitragem, cujo presidente foi um árbitro nomeado pelo ministério da tutela. Essa tabela não pode ser aceite, porque ultrapassava em 150 000 contos o valor do produto nacional bruto do minério. E os mineiros produziram, por várias razões, não podiam ser substituídos por outros

que não dependiam de certos sectores. Já antes do 25 de Abril, os sectores que foram nacionalizados eram os sectores mais ricos, aqueles que melhor pagavam, porque eram aqueles que tinham tecnologias de ponta. Ora verificou-se que foram esses também os mais beneficiados depois do 25 de Abril.

Em alguns desses sectores houve situações de trabalhadores que ganhavam quinze meses, passavam a ganhar catorze, mas depois vieram reivindicar mais um porque era devido, etc., e, na prática, acabavam por ter um ano com dezasseis meses.»

... umas por conta

mentos, perfeitamente aceitáveis. Simplesmente, condições complementares de remuneração levaram muitas vezes a que as remunerações complementares ascendessem a três e mais vezes o ordenado. Quer dizer: há situações em alguns sectores, em que o ordenado base são nove contos e as pessoas recebem vinte e sete. Isto é verdade. E não se diga que isto é à custa de horas extraordinárias! É parte de horas extraordinárias, mas é sobretudo de remunerações complementares, como subsídio de refeição — e muitas atingem quase a centena de escudos — e outros complementos. Há aí correcções a fazer. Em contrapartida, terá de haver por parte do Governo medidas tendentes a corrigir, a tentar resolver o problema neste momento da crise económica, de tal maneira que ela não seja paga exclusivamente à custa dos trabalhadores. E, se possível, de maneira nenhuma à custa daqueles que mais debilmente se encontram, como o caso dos reformados, dos trabalhadores rurais, dos mineiros e outros que praticamente vivem ao nível da sobrevivência.»

a Luta

PROPRIEDADE: EDITORIAL «A LUTA»
SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Loreto, 43, 1.º
LISBOA 2 — TELEFONES 32 23 51/2/3/4 e 32 23 81/2

TELEX 13423 A LUTA — P

DIRECTOR: Raul Rêgo DIRECTOR ADJUNTO: Vítor Direito

CHEFE DE REDACÇÃO: Rui Camacho

SUBCHEFE DE REDACÇÃO: Helena Marques

SECRETARIA DA REDACÇÃO: Artur Alpedrinha, Vasco A. Fernandes, Raíssa Mendes

POLÍTICA NACIONAL: Alvaro Guerra, João Grego Esteves, Rocha Vieira, Martinho de Castro, Rui Cartaxana, João Aguiar, Fernando Lima

ECONOMIA / SOCIAL: Francisco José Oliveira, António Ramos Gomes, José Pedro Castanheira, Dieter Dellinger, F. Sales Lopes

PROVINCIA: Carlos Soares, Marcelino Mesquita

ESTRANGEIRO: Nuno Coutinho, Heider de Sousa

CULTURA / ESPECTACULOS: Francisco Belard, Manuel Giraldes

DESPORTO: Ilídio Trindade

EDUCAÇÃO: Maria Augusta Silva

REPORTAGEM: Antónia de Sousa, Maria Antónia Palla, Fernando Dacosta, Jorge Morales, Júlio Valente

FOTOGRAFIA: Alvaro Tavares, Marques Valentim

ORIENTAÇÃO GRAFICA: Pedro Foyos, Isabel Lobinho, Frederico Marques

DOCUMENTAÇÃO: Joaquim Moreno, Maria del Carmen

COORDENADORES REGIONAIS: Porto — José Cruz; Coimbra — Fausto Correia; Faro — João Leal

SERVICIOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS: Gomes de Costa

PUBLICIDADE E RELACOES PUBLICAS: Carlos Saraiva, Luis Figueiredo, Helena Sequero, Carlos Barbosa

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa do Jornal do Comércio, S.A.R.L. — Rua Luis de Almeida e Albuquerque, 5 LISBOA-2

DISTRIBUIDORA: REIMPRESSA, S.A.R.L. — Largo Eugénio dos Santos, 7-A — REBOLEIRA — AMADORA

EXTERNATOS CRISFAL

Av. República, 83-52 Tel. 77 90 47 76 96 20

Jute 17/9/76

O secretariado da INTER assumiu a responsabilidade do eventual aparecimento de mais uma central sindical

- afirma o secretário de Estado do Trabalho

Título: "Secretariado de Jute, a responsabilidade do eventual aparecimento de mais uma central"

Entrevista de ANTÓNIA DE SOUSA/Fotos de ALVARO TAVARES

A sociedade portuguesa assenta ainda numa organização profundamente injusta. Após dois anos de revolução, continua a haver os que não trabalham e vivem no luxo e os que produzem para mal conseguirem sobreviver a um nível de subsistência.

Esta é a mais gritante injustiça social das muitas que prevalecem. Não se pode admitir a viabilidade do socialismo, enquanto tal situação for possível. Entretanto, a injustiça social grassa entre os próprios trabalhadores, numa herança do fascismo, do estado capitalista que desenvolveu certos sectores deixando outros na penúria. Era a técnica do capitalismo: só desenvolver os sectores que lhe trouxessem lucros imediatos.

Os trabalhadores rurais ainda há pouco trabalhavam de sol a sol, sem horário de trabalho, sem Previdência, sem férias, sem reforma. Na avalanche das lutas operárias dos últimos dois anos, os trabalhadores rurais, embora tivessem feito algumas conquistas, foram dos muitos que não conseguiram celebrar o primeiro contrato colectivo.

De há muito, porém, nos benefícios relativos desde sempre conseguidos pelos trabalhadores portugueses, que um escol, uma «aristocracia operária», mercê de lutas travadas, mas também beneficiando do facto de laborar em economias de ponta, desfrutava de algumas ou de todas essas regalias.

Actualmente, a situação resume-se ao seguinte: um terço dos trabalhadores portugueses está abrangido por contrato colectivo e percebe um suficiente relativo para viver com dignidade. Os outros dois terços debatem-se ao nível das reivindicações mais primárias, recebendo salários de miséria.

Uma política de justiça social tem de combater também as desigualdades de condições e remunerações de trabalho da população laboriosa. Como conseguir isso? Que medidas há a tomar?

Maldonado Gonelha, secretário de Estado do Trabalho do Primeiro Governo Constitucional, numa entrevista de que publicamos a segunda parte, reflecte sobre esta questão, referindo as alterações a fazer a lei da contratação colectiva. Isto, depois de ontem ter analisado o passado recente do movimento sindical, para explicar a situação da contratação colectiva. afirmou nos:

«As medidas que forem tomadas não podem ser isoladas. Não há medida nenhuma legislativa, exclusiva do Ministério do Trabalho, que resolva o problema das desigualdades de condições e remunerações de trabalho entre os trabalhadores.»

E acrescentou: «Nós apostamos um bocadinho em correcções à lei do processo de contratação colectiva, portanto o 164-A/76. Não podemos estar aqui, como tem acontecido muitas vezes, a convocar as associações patronais para tentar formas de conciliação e fim de resolver esses problemas, evitando conflitos mais graves ou a agudização dos conflitos, e eles, se quiserem, não vêm ou às vezes acontece que não vêm mesmo.»

E não aparecem, segundo o secretário de Estado, porque

o decreto não dá ao ministro o mínimo poder para obrigar a entidade patronal a comparecer.

«De maneira que tem de haver realmente na lei, como creio que o senhor ministro já anunciou numa entrevista, que consigne a obrigação para ambas as partes de todas as suas posições, terem de ser obrigatoriamente fundamentadas. Isto é: o abandono de uma negociação tem de ser fundamentado, o pedido de uma conciliação também, e quando não se responde a uma proposta, mesmo isso tem de ser fundamentado. Mas fundamentado com parâmetros bem definidos e com argumentos que não sejam apenas conversa fiada, que não sejam apenas manobras dilatórias.»

«DUVIDO QUE HAJA ALGUMA REGULAMENTAÇÃO ESTABELECIDA POR VIA ADMINISTRATIVA DEPOIS DO 25 DE ABRIL QUE NÃO ESTEJA A SER IMPUGNADA.»

Esta obrigatoriedade implica a existência de sanções.

«Nós não somos um Governo repressivo, mas uma coisa é a repressão e outra o exercício da autoridade do Governo e do Estado democraticamente exercido. Essas sanções podem ir desde as sanções tradicionais à obrigatoriedade de fases apertadas de negociação ou de decisão, para que a regulamentação

do trabalho se faça de uma maneira ou de outra. O que não pode acontecer é que, usando desse subterfúgio, os contratos se arrastem muitas vezes ao longo de dezasseis meses (estou a pensar num caso concreto) e só para as empresas nacionalizadas ou sector público é que algumas fases são obrigatórias.»

A lei prevê a conciliação, a arbitragem, mas nenhuma destas fases é obrigatória para o sector privado, o que pode levar a um impasse negociado. «A única alternativa que o Governo tem ao seu dispor é a regulamentação obrigatória da convenção. Mas isto também faz levantar discussões jurídicas, de tal maneira que eu duvido que haja alguma regulamentação que tenha sido estabelecida por via administrativa depois do 25 de Abril, que não esteja a ser impugnada em tribunal.»

E Maldonado Gonelha prossegue: «Temos que ter fases intermédias antes de chegar a essa intervenção absoluta do Estado, em que se garante que é possível resolver o problema e o Governo intervir. Claro que essa intervenção tem de ser feita através do Ministério do Trabalho, e do Ministério da Tutela, para evitar exactamente que decisões de um ministério — que, neste momento, não tem nem nunca será a sua vocação ter, uma óptica e uma perspectiva economicista — possam eventualmente, numa medida menos competente em matéria

economica, prejudicar e afectar seriamente algum sector. Não é esse o objectivo.»

E Maldonado Gonelha colocou o dedo na ferida de um dos muitos mal-entendidos da revolução portuguesa, porventura dos mais graves, que deixou o nosso país à beira do descalabro económico: «Neste País confunde-se um bocadinho a alteração do sistema económico com o da destruição das empresas, das unidades de produção. Ora, a alteração do sistema económico não pode de maneira nenhuma, muito pelo contrario, implicar a destruição das unidades de produção. O que acontece é que as empresas deixam de ser rentáveis e das duas uma, ou fecham e criam desemprego, ou o Estado está continuamente a suportá-las com avales do Estado, que são o dinheiro de todos nós. Neste momento, os avales do Estado atingiram a bonita soma de quase trinta milhões de contos, tendo subido nos últimos seis meses quase seis milhões de contos. Isto é absolutamente impoortável. O senhor ministro das Finanças já não sabe o que é

«Até lá, até a aprovação da lei pela Assembleia da República, «temos viver com a lei que existe», diz Maldonado Gonelha, que considera tal vivência como «trabalho de arame». No entanto, sublinha, «algumas correcções são da competência do Governo e teremos que as introduzir.»

O Ministério está já habilitado com as alterações que acha que o Governo pode introduzir no actual diploma da contratação colectiva. «Nos termos, até do Programa do Governo, este Ministério vai apresentar a Conselho de Ministros, e o Governo apresentá-lo-á à Assembleia da República, um projecto sobre a revisão total não só da contratação colectiva do trabalho, mas também de outra legislação. Ainda estamos a viver com um diploma do contrato individual de trabalho, que é de antes do 25 de Abril, o 49 408, que tem de ser realmente alterado.»

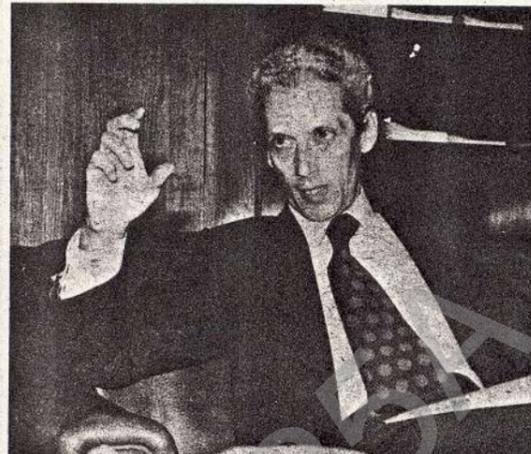
VIVER COM A LEI É EXISTE E UM TRABALHO DE ARAME»

Quais as principais correcções a introduzir no diploma da contratação colectiva? E em que fica a participação dos trabalhadores na feitura da lei?

Maldonado Gonelha faz primeiro uma dissertação sobre a homogeneidade do Governo



Maldonado Gonelha: «A verdadeira participação das organizações dos trabalhadores na legislação do trabalho deve ser feita ao nível da Assembleia da República.»



O secretário de Estado do Trabalho fala de contratação colectiva

(Continuação da pág. 3)

gação muito íntima, procurando obter uma visão por um lado dos direitos dos trabalhadores e, por outro lado, da economia dos sectores e da economia das empresas.»

Além disso, e a nível do contrato individual do trabalho, «pensa-se, sobretudo, de definir com muita clareza o que é a justa causa de despedimento, de maneira que, por um lado, se evitem despedimentos arbitrários, mas que, por outro lado, também o poder disciplinar das empresas se possa exercer devidamente, para evitar que pessoas menos capazes, menos correctas, continuem a corroer e a estragar o ambiente interno das empresas.»

DEFINIR COM RIGOR O CONTRATO A PRAZO

Estão, também, previstas medidas tendentes a diminuir o absentismo, e, «por outro lado, que o contrato a prazo, certo e incerto, seja definido com rigor de maneira a permitir realmente a realização do contrato a prazo.»

Esta preocupação do rigor na legislação do contrato a prazo visa assegurar postos de trabalho a trabalhadores que, de outra forma, não conseguirão ocupação:

«Sem contrato a prazo, em certos sectores, nomeadamente na construção civil, as empresas retraem-se a fazer admissões de trabalhadores, o que provoca desnecessariamente um aumento de desemprego. Dada a estrutura económica que ainda possuímos, há sectores que têm de viver com trabalhadores eventuais, que é a única maneira de os trabalhadores terem postos de trabalho. Cabe agora ao Governo a obrigação de lançar um planeamento capaz que permita que os trabalhadores tenham postos de trabalho ao longo do ano, e, se possível, sempre dentro da mesma região. Este é que é o verdadeiro problema. Nós sabemos perfeitamente que, por exemplo, dentro de uma empresa de construção civil, se não houver a possibilidade de contrato a prazo, o que acontece é que a empresa, das duas uma, ou tem volumes de pessoal muito grandes e estão paralisados, já que o estuador não trabalha enquanto o prédio não estiver levantado, ou... Ora, isto deve-se ao facto

de as empresas não terem dimensão, neste momento, para poderem planificar as suas obras e terem várias obras em determinadas fases. É esse o grande trabalho que o Ministério da Habitação está a fazer, que foram medidas aprovadas em Conselho de Ministros.»

E prossegue Maldonado Gonelha:

«Portanto, qual é a ideia? É que se defina com rigor o contrato a prazo, mas que isto não fique desligado. Tem que ser conjugado com um plano capaz, nesses sectores, de maneira a garantir que os trabalhadores tenham contrato a prazo com uma entidade patronal, mas tenham, realmente, trabalho todo o ano em várias entidades patronais. Estas são as preocupações maiores, porque, ao nível de alguns sectores, com a retracção que houve com medo de não ser possível fazer contratos a prazo, acabou-se por não dar trabalho a ninguém, para não ficar depois com excedentes de pessoal. Isto foi grave, porque criou em certos pontos do País situações dramáticas. Algumas dessas actividades eram as únicas que contratavam esses volantes de mão-de-obra, e acabaram por não o fazer e as pessoas ficaram quase sem meios de subsistir.»

Um outro aspecto que o secretário de Estado acentua é que o contrato a prazo tem de ser escrito. «No texto do contrato a prazo tem de ser dada a linha a que ele deve obedecer, e, então, ele serve, ou não serve. Isto para não se repetirem situações como as que acontecem agora. Por exemplo, uma entidade patronal vem dizer: «Eu contraí este senhor a prazo. Ele acabou o trabalho, e agora tem de se ir embora.» Entretanto, o trabalhador diz que não foi contratado a prazo, que isso é um pretexto que o patrão está a evocar para o pôr na rua, sem indemnização.»

A LEI DO HORÁRIO DE TRABALHO NÃO ESTÁ ADEQUADA À REALIDADE SOCIAL E ECONOMICA

As medidas já apontadas serão, segundo Maldonado Gonelha, acompanhadas por outras sobre o horário de trabalho.

«Tem que haver realmente, também uma regulamentação capaz e adequada ao momento que vivemos, do horário de trabalho. O Decreto-Lei n.º 409/71, que é o que ainda vigora, não está, de maneira nenhuma, adaptado, em muitos pontos, à realidade social e económica, e, como tal, tem de ser alterado nesse aspecto. Já tinha havido uma proposta, feita pelo VI Governo, que não seria inteiramente do nosso acordo talvez, mas que vai ser revista, ainda que sobre ela tenha sido tomada a decisão de a fazer baixar à Assembleia da República. O Governo, e provavelmente o Ministério do Trabalho, introduzirá alterações nesse projecto, mas é daqueles diplomas que terá de ser discutido na Assembleia da República. Algumas medidas há que são da competência do Governo, mas são medidas muito pontuais de correcção imediata. O problema de fundo é a reestruturação, digamos, total da legislação do trabalho — a nova legislação do trabalho que temos de ter, e não se fez desde o 25 de Abril, pois até aqui temos vivido com mantas de retalhos e decretinhos — tem que ser feita na Assembleia da República.»

E, a propósito da participação dos trabalhadores na feitura da lei, como obriga a Constituição, declarou Maldonado Gonelha:

«O sr. ministro tem um esquema de participação dos trabalhadores, procurando dar cumprimento à Constituição, ao nível da legislação. Contudo, eu, pessoalmente, estou convencido de que a verdadeira participação das organizações dos trabalhadores na legislação do trabalho deve ser feita ao nível da Assembleia da República, que já constituiu comissões especializadas, uma delas a Comissão de Trabalho, porque, entim, é na Assembleia da República que está a competência para legislar sobre esta matéria. Claro que o Governo tem competência de proposição dessa legislação, e também deve ter a preocupação de que, na sua proposta, possa já haver participação dos trabalhadores. Contudo, a verdadeira participação, estou eu convencido, onde terá os efeitos próprios, é ao nível da Assembleia da República, que é o centro do poder com competência legislativa em grande parte das nações.»

«É COM MUITA APREENSÃO QUE VOU OS TRABALHADORES DIVIDIDOS»

A terminar pusemos a Maldonado Gonelha uma última questão: o Congresso dos Sindicatos. Que poderá acontecer da intransigência cupulista da intersindical, quando se verifica já uma cisão no movimento sindical português?

«Posso dizer-lhe que é com muita apreensão que vejo os trabalhadores continuarem divididos, porque temos que encarar a situação bem de frente e reconhecer que, efectivamente, há cisões no seio do movimento dos trabalhadores. Partilho inteiramente a sua opinião de que os trabalhadores, de uma maneira ou de outra, deveriam encontrar a sua unidade, mas claro que a isso não pode ser sacrificado tudo.»

Admite, portanto, a possibilidade de duas centrais sindicais?

«Não sei. Devo dizer-lhe que, como secretário de Estado do Trabalho, a concepção que tenho é de que não me compete nem devo interferir na organização e nas decisões que os trabalhadores tomam na sua própria luta, formação e organização. Contudo, é com preocupação que assisto, sobretudo nos últimos tempos, às atitudes que têm vindo a ser tomadas, e foi com muita preocupação que vi também as atitudes, que considere graves, tomadas pelo secretariado da Intersindical, que deve ter agravado consideravelmente a situação. E ainda tenho esperança de que não haja duas centrais sindicais ou mais que uma central sindical, neste País. Mas se houver, se vier a haver, quem neste momento assumiu a responsabilidade de ter provocado isso, estou convencido de que foi o secretariado da Intersindical.»

WILPIESOME
SOLUÇÕES PRÁTICAS E DECORATIVAS



para cada problema, uma solução prática e económica

QUE «UNIDADE» É ESSA SENHORES DIVISIONISTAS?

Ricínio
17/9/76

Não foi ainda fixada uma data para o Congresso de Todos os Sindicatos. Para os trabalhadores, no entanto, ele já é uma certeza. Uma iniciativa de tal amplitude coloca os organizadores perante problemas de solução muito complexa. De certa maneira, porém, as manobras desenvolvidas por forças empenhadas em boicotar o Congresso e semear a divisão no seio do movimento sindical produzem o efeito oposto ao visado. A coesão entre os trabalhadores sai reforçada e os mais conscientes entregam-se com maior entusiasmo ao cumprimento das tarefas organizativas inseparáveis do grande debate democrático que é o prólogo do Congresso.

As forças políticas que, por temerem a unidade dos trabalhadores, se mobilizam contra o Congresso reagem com uma impaciência e uma agressividade crescentes, multiplicando os seus ataques à Intersindical. A reunião efectuada em Coimbra ficará, nesse aspecto, como um mostruário dos métodos e das ideias dos senhores que concebem e remexem esses cozinhados divisionistas. Foi, como as anteriores ali realizadas, promovida pelo grupo da chamada "Carta Aberta". O principal documento aprovado é um texto que, pela forma e pelo conteúdo, degrada quem o redigiu e subscreveu. É um pastelão recheado de ódio, calúnias, informações falsas e intrigas.

Pretendem, por vezes, os regentes da "Carta Aberta" ser mais astuciosos do que raposas. Mas o novelo das habilidades torna-se tão emaranhado que os seus próprios fios se enredam na máscara, arrancando-a. Proclamam, por exemplo, desejar uma Central Única. Ora essa Central existe. Nasceu no ano 70 e os seus alicerces foram, dia a dia, cimentados pelos trabalhadores num período de duras batalhas contra o fascismo. Não foi construída em manobras e mexericos de capela, fora das estruturas sindicais. Há realmente uma intransponível distância entre a Intersindical e a Central fantasma sonhada pelos patrocinadores da "Carta Aberta". A que separa uma obra cujas raízes mergulham fundo no mundo do trabalho e engrossaram com as lutas heróicas do movimento sindical contra o fascismo e o colonialismo — de uma construção artificial modelada por figurinos estrangeiros de inspiração patronal.

Se a linguagem de Coimbra, pelos insultos e pelo ódio, se assemelha à que se ouve nos comícios da direita ou àquela que empresários e agrários usam nas suas catilinárias contra os trabalhadores, a lógica do documento não atinge um nível mais elevado. Para confundir a opinião pública, teimam os adeptos da "Carta" em se definir como campeões da unidade por oposição a quem derrege a unidade, como se houvesse qualquer incompatibilidade entre uma e outra. É esse mais um lamentável jogo de palavras usado por gente que, para destruir e dividir, reivindica o monopólio da unidade. Os factos provam que os promotores das ruidosas assembleias de Coimbra são tão exclusivistas em matéria de unidade como de democracia. Só eles teriam o segredo de ambas. Defendem uma unidade que lance os trabalhadores em choques frontais; um conceito de democracia que traduza a sua vontade de facção minoritária. Exigem a paridade como se ela fosse um direito absoluto; não querem sequer ouvir falar de proporcionalidade. A regra da maioria aplicada ao movimento sindical é para eles, quem sabe, uma perigosa invenção da Intersindical. Será que os milenares critérios de maioria, em Portugal, somente terão cores democráticas em São Bento?

Outro disco muito tocado em Coimbra foi o do pseudo-secretismo existente em torno da organização do Congresso de Todos os Sindicatos. A Intersindical seria incompatível com a liberdade de debate e crítica. Na realidade, os trabalhos preparatórios do Congresso reflectem o espírito profundamente democrático que caracteriza as amplas maiorias do movimento sindical. A consulta às bases e a discussão exaustiva de todos os problemas levantados nas assembleias de delegados sindicais são regras respeitadas por aqueles que os divisionistas da "Carta Aberta" tão leviana e gratuitamente acusam de faltas e desvios imaginários. É verdade que a opinião pública não tem tomado conhecimento tão pormenorizado quanto seria desejável de assuntos ligados ao Congresso. Mas esse facto resulta exclusivamente da santa aliança que se formou entre certos órgãos de comunicação social "pluralistas" e o grupo da "Carta Aberta". Há jornais estatizados que deturpam sistematicamente o que se diz em todas as reuniões da Intersindical e reduzem o significado das mesmas, enquanto empolam à dimensão de acontecimento histórico uma assembleia como a de Coimbra. O mesmo se pode dizer relativamente à atitude da TV. Quando se trata de dividir o movimento sindical, os responsáveis pela televisão encontram sempre tempo para apresentar sob as perspectivas mais favoráveis as iniciativas dos elementos da "Carta Aberta". Em contrapartida, a Intersindical é ignorada ou maltratada.

Os trabalhadores sabem quem está com eles e contra eles. Saberão hoje, como no passado, defender a unidade de que é símbolo a Central Sindical Única. Saberão continuar a trabalhar, insensíveis a provocações, pelo êxito do Congresso de Todos os Sindicatos, em que será reestruturada a sua Central Sindical de gloriosas tradições.

Ricínio 17/9/76

17 SET. 1976

«Bancários contra a direcção do Sindicato»

“ASSOCIADOS do Sindicato dos Bancários, reunidos na noite de quarta-feira da semana passada na sede daquele organismo, alertam todos os trabalhadores bancários para o comportamento pseudo-democrático da direcção do Sindicato e responsabilizam a mesma direcção pela sua acção divisionista nos trabalhos preparatórios do Congresso dos Sindicatos”, — título e parágrafo extraídos de “O Diário”, sobre os quais ouvimos Barbosa de Oliveira, membro da direcção daquele Sindicato, que nos afirmou:

“Não há, na realidade, contestação dos trabalhadores bancários, de forma generalizada, contra a direcção do seu Sindicato. Um pequeno grupo de sócios, partidariamente identificados, constituído, no máximo, por duzentos elementos que, por vezes, não passa do ridículo número de dez, tem feito reuniões ditas de sócios. Estas, feitas por um pequeno número de pessoas, têm, por finalidade, dar uma imagem perfeitamente

falsa e são efectuadas por alguns sócios politicamente demarcados das bases deste Sindicato. No entanto, as portas estão abertas a qualquer reunião que os sócios pretendam levar a efeito. Mas, estatutariamente, não se deverá pretender que estas constituam uma estrutura paralela. Eles pretendem justificar estas reuniões de sócios como continuação das que começaram antes do 25 de Abril. Na altura, o Governo nomeou uma comissão administrativa aquando da prisão do sindicalista Daniel Cabrita. Os sócios entenderam reunir-se com o fim de se debaterem alguns assuntos, pois, nessa altura, não era possível fazê-lo, nem sequer nas assembleias gerais. O carácter da necessidade destas reuniões de sócios é perfeitamente compreensível, mas actualmente o mesmo não acontece. Os que participam nessas reuniões de quarta-feira, têm todo o direito de cá virem pois o direito de tendência está consagrado nos estatutos.

17 SET. 1976

Congresso da Intersindical

José Luís Gaspar «faz o ponto» da questão

A SITUAÇÃO chegou ao impasse. O Governo socialista, também neste campo, em última instância, poderá succumbir à força dos trabalhadores se estes se mobilizarem, ainda que manipulados, como tem acontecido durante estes dois anos. Duas linhas mestras se vislumbram no conjunto formado por todas as direcções sindicais. Uma, a afecta à Intersindical, que pretende, à volta desta central e do seu secretariado, congregar os trabalhadores. Outra, desejando uma unidade que, no seu entender, é a única e a verdadeira unidade dos trabalhadores, possível de atingir, se todos se votarem no sentido da sua efectivação.

Abstemo-nos de transmitir uma opinião. Depois de a Intersindical nos ter negado a participação numa mesa com a Comissão de Redacção, contactado José Luís Gaspar, membro desta Comissão e presidente da mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, responde, nesta entrevista que publicamos, à dúvida aqui deixada em aberto.

“O PAÍS” — Gostaríamos que começasse por nos fazer uma descrição comparativa do apoio da Inter, por um lado, e vosso, Comissão de Redacção, por outro, junto dos sindicatos e dos trabalhadores.

José Luís Gaspar — Nós, através de documentos próprios, já dissemos diversas vezes que não aceitamos argumentos aritméticos, nem esta tem sido a nossa preocupação. Este tipo de argumentação tem sido usada na tentativa de se fazer crer que a maioria está com a Intersindical. Mesmo assim, pode-se provar o contrário usando os seus argumentos aritméticos.

Neste sentido, comecarei por focar uma questão de muito interesse: nós não sabemos quem são os sindicatos filiados na Intersindical. A Comissão de Redacção, que solicitou essa lista ao secretariado da Intersindical, foi-lhe respondido que isso eram dados de estrutura e que não deveriam ser divulgados. Portanto, quando a Intersindical afirma que tem 190 sindicatos nela filiados, nós não sabemos quem são nem temos hipótese de confirmar se serão mesmo 190.

A Intersindical diz que existem no País 342 sindicatos. Diz, também, que 190 estão nela filiados, o que deixaria de fora 152 sindicatos. Se é evidente que estes 152 sindicatos não serão, à partida, a base de apoio da Comissão de Redacção, também é conhecido que dos 190 sindicatos filiados nem todos concordam com as posições da Intersindical, 18 que sempre a

contestaram, entre os quais, o Sindicato dos Escritórios se inclui. Além disto, é bastante inferior a 190 o número de sindicatos que aparecem aos plênários habituais da Intersindical. Estes são, portanto, os dados aritméticos fornecidos pela Intersindical, visto que, neste momento, não pretendemos ser polémicos acerca destes números, principalmente à volta do número total de sindicatos, se serão 342 ou 382. Os registos o dirão em devido tempo e nós, então, nos pronunciaremos sobre este assunto.

Há, todavia, um outro argumento, para nós de peso. Nos plênários da Intersindical nunca estiveram representados, falando em termos de direcção sindical, mais de um milhão e 400 mil trabalhadores. Neste País existem 2 milhões e 700 mil trabalhadores sindicalizados, segundo o registo de 74, e existe uma força activa de 3 milhões e 300 mil trabalhadores, segundo os dados estatísticos do Governo. Isto significa que a aritmética usada pelo secretariado da Intersindical com o número de direcções sindicais não corresponde a um apoio aritmético em número de trabalhadores.

Para nós, a aritmética, como já disse, não é nossa preocupação. A nossa preocupação é partirmos de situações reais das quais tiramos as nossas conclusões.

Nós, Comissão de Redacção, pensamos interpretar as aspirações, e sentimentos mais profundos dos trabalhadores deste País. E porquê? A divisão foi criada entre os trabalhadores. Esta é a situação de facto. Sente-se isso em cada empresa, em cada sindicato, em cada bairro, e, até, em cada escola ou liceu. Esta situação é que nos preocupa. Não temos qualquer espécie de dúvida que a aspiração máxima dos trabalhadores portugueses é a unidade. Interpretando ou pensando interpretar, correctamente, a vontade dos tra-

balhadores, nós dizemos que é necessário construir a unidade e que esta é possível e necessária. O nosso apoio, segundo a nossa análise, vem-nos do facto de lutarmos por essa aspiração dos trabalhadores portugueses.

Todavia, dado que, ao nível de direcções sindicais, não nos foi possível chegarmos a um entendimento, pensamos que deverão ser os trabalhadores a pronunciar-se e a dizer-nos qual é o caminho.

— A capacidade de mobilização da Intersindical sempre foi — e cremos que ainda é — muito superior à de todas as restantes correntes de pensamento a nível sindical. Isto é um facto que não se pode ignorar. Gostaríamos que o comentasse.

J.L.G. — A capacidade de mobilização da Intersindical tem-se mostrado, de facto, bastante superior à de todas as outras forças. No entanto, é preciso não esquecer que essa mobilização não foi feita da forma mais correcta, permitindo e colaborando no cavar mais fundo da cisão dos trabalhadores portugueses. Reportemo-nos ao ano de 1975. Se lembrarmos a mobilização tremenda e a concretização da grandiosíssima manifestação que houve em apoio da unidade, verificamos que essa manifestação foi antecedida do empolamento do problema unidade-unidade. Mas lembremos, também, que na manifestação não havia um único cartaz que tivesse escrito a palavra unidade. Todos os cartazes apelavam para a unidade sindical. Aque-

les que se diziam pela unicidade afirmavam trabalhar em prol da unidade e aqueles que se diziam pela unidade eram acusados de pluralistas. Foi com este falsear de questões — correspondendo, aparentemente, ao mais profundo dos anseios dos trabalhadores, que é a unidade —, que eles conseguiram ter esta capacidade de mobilização. Não considero que esta seja a forma mais correcta. Porque não se fala inteiramente claro? E ainda hoje isso acontece. Depois de chegarmos à situação de impasse em que nos encontramos, nós, Comissão de Redacção, alertámos o secretariado da Intersindical de que, pelo facto de não estarem cumpridas as condições necessárias ao esclarecimento de todos os trabalhadores, não daríamos cobertura à reunião geral de 4 de Setembro último. A Intersindical teimou em fazer a reunião, elegeu uma comissão organizadora do Congresso de Sindicatos e, agora, emite comunicados dizendo que, se porventura os sindicatos que se lhe opõem não aderirem a essa comissão, eles serão divisionistas. Isto, como se repara, é o inverter da realidade. Nós dissemos claramente que, para nós, o ponto de partida para o Congresso é a informação completa dos trabalhadores e a ampla discussão.

Apesar de tudo isto, estamos convencidos que, com o esclarecimento absoluto de todos os trabalhadores e da análise que cada um deles fizer destes problemas, estes saberão dizer onde está, de facto, a razão.

Congresso dos sindicatos

Movimento sindical à beira da cisão?

José Manuel Barroso

PS-PC, unidade-unicidade: uma questão política

«É absurdo vir bradar contra a cisão e os perigos da cisão. Na verdade, desde a criação da central sindical única por imposição de uma lei — a da unidade — e não pela livre vontade dos trabalhadores; desde que, por via administrativa, se entregou, de facto, a direcção central única a uma corrente sindical, a do PCP, vinculada pelo secretariado da Intersindical; desde que estas formas anti-democráticas de construir o movimento sindical foram sancionadas pela lei dos dirigentes políticos de então (Vasco Gonçalves e a tendência gongalvista do Conselho da Revolução) — a cisão foi instaurada no movimento sindical português. Ora o que nós pretendemos é justamente terminar com tal estado de coisas. É por isso mesmo, porque tal situação de divisão é nociva aos interesses dos trabalhadores, que exigimos o Congresso para a Unidade Sindical, um congresso que não possa ser manipulado por nenhuma das tendências existentes no movimento».

Vitor Gonçalves, um dos dirigentes de um dos sindicatos subscretores da «Carta Aberta», não esconde as ideias nem evita as palavras. Expõe com clareza a sua parte da verdade, não hesitando, num certo sentido, em politizar a questão sindical. Para ele, como para muitos outros dirigentes sindicais da linha que se opõe à da Intersindical, a luta dos «sindicatos democráticos» contra os defensores da unidade é inscrite-se «na luta mais vasta do Povo português contra todas as formas de totalitarismo».

Pergunto-lhe se a luta contra a unidade não conduzirá, no fim de contas, ao pluralismo sindical. O dirigente dos bancários do Sul e Ilhas tem um leve movimento de irritação e responde-me com alguma dureza: «Tu sabes qual a posição do PS, e

nomeadamente do sector sindical socialista sobre a questão. Sabes que somos em absoluto contra o pluralismo. Mas rejeitamos qualquer tentativa que vise transformar, por via de uma lei, os sindicatos em correntes de transmissão de qualquer força partidária ou do poder. Esta é a nossa luta fundamental. A luta pela instauração de reais condições de democracia e de discussão no interior do movimento sindical tem pois de ser levada às suas últimas consequências — até à formação de uma Central Sindical Única. Porque nós defendemos um movimento sindical democrático e unitário».

José Luis Judas, considerado como o mais importante dirigente sindical da linha PCP e membro do secretariado da Intersindical, sorri quando lhe expõem os argumentos da linha contrária. É um quadro jovem mais seguro de si, para quem a questão sindical se integra num contexto político mais vasto — e que usa a franqueza com conta, peso e medida.

«Nós queremos a cisão, dizem eles? Lê alguma da imprensa afecta a esses sindicatos e verás quem é que já fala em cisão. Lê «A Luta», lê as declarações de Mário Soares. Nós não defendemos a ideia de que haverá uma cisão. Pensamos apenas que existem divergências que podem ser superadas. Falar-se em cisão é tentar criar na consciência dos trabalhadores a ideia de que a cisão é um facto consumado ou inevitável».

Fale a um bloco de cimento

Por detrás das palavras cautelosas, dos apelos ao diálogo, do notar que «o diálogo está aberto, depende de as partes quere-

Independentemente de quaisquer outras considerações ou tentativas de reduzir as questões em redor do Congresso dos Sindicatos a meras «discussões entre trabalhadores» — é uma divergência de carácter político que emerge das declarações dos dirigentes sindicais. No fundo, são, predominantemente, as concepções do PS e do PC quanto ao movimento sindical que estão em conflito, conflito que se arrasta desde a questão da unidade sindical e que ameaça explodir (se formas de chegar a um «entendimento realista» não forem encontradas) com algumas consequências graves para a unidade do movimento operário português.

O movimento sindical está, assim, a igual distância da cisão ou da unidade. Sindicalistas de ambos os lados afirmam rejeitar a cisão e desejar alcançar plataformas de unidade. Mas, apesar de alguns avanços, o caminho para esta última fórmula não se encontra ainda, no essencial, desbloqueado. A luta por um certo controlo (ou por uma partilha desse controlo) do movimento sindical entre comunistas e socialistas — ainda que estas duas tendências não sejam as únicas existentes no movimento sindical — traduz-se na necessidade, da parte dos comunistas, de não perderem o domínio do aparelho sindical (domínio esse que faz do PCP, apesar dos seus 15 por cento de votos, uma força política superior à sua expressão eleitoral); e, da parte dos socialistas, na de enfraquecer a força sindical de tendência PC, de modo a ter no movimento um interlocutor mais dúctil para um governo que, para vencer, precisa de dialogar com os sindicatos e ter neles um ponto de apoio firme.

As veladas alusões à cisão — que, reclamando-se embora de ideias unitárias, ambas as forças repetidamente fazem olhando para o lado oposto — são uma forma de pressão sobre o adversário, no sentido de o fazer ceder sob o peso da ameaça. Mas, para além de «técnica» de negociação, a hipótese de cisão perfila-se no horizonte do movimento sindical português como um perigo real.

mo dois náufragos que, numa última prova de vontade, estendem o braço para o barco-salvação da unidade, sabendo no entanto que a próxima vaga os entocará cada vez mais distantes. E não está em causa a sinceridade da argumentação. As linguagens é que são necessariamente diferentes, já que correspondem a projectos políticos diferentes.

Na verdade, quem se não entende não são propriamente os trabalhadores ou as direcções sindicais. São os dois grandes partidos da esquerda portuguesa. Quando, após três ou quatro frases convencionais, os dirigentes sindicais deixam escapar as lamentações de ordem partidária, eles falam, finalmente, uma linguagem de verdade. A questão é (tão-só) política e vem de longe.



José Luis Judas
«Nós não falamos em cisão».



Vitor Gonçalves
«A Intersindical é a institucionalização da cisão».

1976: o ano da "institucionalização" da divisão do movimento sindical

A primeira grande questão pública que colocou socialistas e comunistas (e militares) frente a frente, no pós-25 de Abril foi, precisamente, a questão sindical — a qual se traduziu no problema da unidade (ou seja, na imposição, por via de uma lei oriunda dos militares, da unidade do movimento sindical e do reconhecimento da Intersindical como a Central Única dos trabalhadores portugueses). Estávamos em Janeiro de 1975, altura em que se acentuava com grande amplitude a ofensiva, a nível do domínio do aparelho de Estado, por parte do sector político-militar popularizado sob o nome de «gongalvismo».

Vinda do tempo da ditadura fascista, a Intersindical era uma organização clandestina de direcções sindicais (daquelas que a força dos trabalhadores conseguira fazer eleger na base de um largo movimento antifascista). Nela, os comunistas tinham uma participação determinante, resultado de serem a (quase) única força de esquerda suficientemente ampla e organizada para dispor de uma máquina sindical já poderosa.

Na organização sindical clandestina do tempo do fascismo o PS (partido jovem e ainda frágil) não tinha, na prática, qualquer expressão, enquanto organização. Derrubado o fas-



Vasco Gonçalves com trabalhadores. A unidade por imposição do poder

cismo, os partidos políticos de esquerda lançam-se à conquista de um largo apoio nas suas bases naturais — os trabalhadores. A batalha pelo domínio dos sindicatos inicia-se. Dispondo de um aparelho político poderoso e organizado e utilizando com habilidade a própria organização sindical corporativa, o PC obtém rapidamente largo

domínio no aparelho sindical. Não dispoendo ainda de quadros em quantidade e qualidade, nem de organização, o PS é irremediavelmente batido nesta primeira fase.

Dominando também as estruturas do Ministério do Trabalho e principal apoiante da subida do «gongalvismo» no aparelho de Estado, o PCP tenta rapida-

mente solidificar a sua posição dirigente no campo sindical conseguindo — através de documentação de apoio fornecida às assembleias de militares dos três ramos pelo Ministério do Trabalho (dirigido, então, por um elemento «do MFA», o cap. Costa Martins) — a aprovação do princípio da unidade pelos militares dos três ramos (Janeiro

«Carta Aberta»-Intersindical: o duch

Em 26 de Março do ano corrente, o Secretariado da Intersindical anunciou, em Coimbra, a sua intenção de convocar o II Congresso daquela Central Sindical para adaptação da sua estrutura às modificações operadas, desde o I Congresso, pelos trabalhadores no Movimento Sindical.

Considerando a Intersindical como apenas «uma das tendências com expressão no movimento sindical» — tendência próxima do PCP — cerca de 40 direcções sindicais contestaram à Inter (que se haviam reunido no Porto, pela primeira vez, a 14 de Fevereiro) tornam pública, a 27 de Abril, uma «Carta Aberta aos trabalhadores portugueses, às direcções sindicais e ao Secretariado da Intersindical» — carta que constituía uma contraproposta ao Congresso anunciado pela Inter, no sentido de que um Congresso fosse realizado, não como II Congresso da central única, mas como «congresso para a unidade sindical».

Assinada por uma «Comissão de Redacção», eleita no plenário do Porto, a «Carta Aberta» propunha que tal congresso fosse organizado, não pelo Secretariado da Intersindical mas por uma comissão organizadora autónoma, «constituída por representantes quer de sindicatos filiados na Intersindical quer de sindicatos não filiados». A «comissão de Redacção» que assinava a «Carta Aberta» era constituída pelos Sindicatos dos Escritórios de Lisboa, Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios do Porto, Motoristas do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Correios e Telecomunicações e dos Escritórios e Caixeiros de Faro.

Era o começo da questão primeira que actualmente divide o movimento sindical, quanto à organização do Congresso — a da «paridade». Ou seja: ter, ou não, a Comissão Organizadora

igual número de representantes dos sindicatos filiados e dos não filiados na Intersindical. Tal exigência de «paridade» era apresentada, por subscretores da «Carta Aberta», como «garantia da salvaguarda de questões tão fundamentais como a democracia e autonomia (do Movimento Sindical) e da necessidade de prévia realização de um amplo debate de todo um vasto conjunto de problemas relacionados com o Congresso», já que a predominância da linha da Intersindical na Comissão Organizadora do Congresso, segundo um dirigente desta linha, «poderia levar muitos sindicatos a não ter confiança, dadas as provas do passado, na efectiva democraticidade do Congresso em todas as suas fases».

A que levará, então, a recusa da «paridade», por uma das partes? Em 16 de Agosto passado, a direcção dos Bancários do Sul (uma das subscretores da «Carta Aberta»), respondeu desta forma lapidária, através de um comunicado aos seus associados:

A questão da «confiança»

Na verdade, por detrás da questão da «paridade», escondem-se a questão da confiança.

Ainda que minoritários, em termos de direcções sindicais (logo de representatividade), os sindicatos desafectos à Intersindical não acreditam num Congresso verdadeiramente democrático se, na comissão que o organiza, a linha da Inter tiver uma posição dominante. «A Comissão Organizadora», diz Vitor Gonçalves, «deve ser uma espécie de Comissão Nacional de Eleições, onde, independentemente da sua força eleitoral, cada tendência esteja representada paritariamente, de modo a garantir a regularidade e democraticidade do acto». E acrescenta: «É necessário que todos os trabalhadores e todos os sindicatos saibam que o Congresso é, de facto, um Congresso de todos

os sindicatos para a unidade, unidade que só tem significado na igualdade. Na verdade, só a igual representatividade quantitativa de cada uma das tendências na Comissão Organizadora evitará que o Congresso apareça como o Congresso de uma ou outra tendência (conforme uma ou outra obtiverem a maioria na referida comissão)».

«Se os trabalhadores e as direcções sindicais que contestam a política da Intersindical ou discutem a sua legitimidade não têm, para já, o direito de organizarem e realizarem o «Congresso de todos os Sindicatos», também este direito não assiste aos trabalhadores ou direcções sindicais afectas à Intersindical. Esta, através do seu Secretariado, poderá apenas e tão só convocar o seu 2.º Congresso... para o qual convidará ou não os sindicatos portugueses não filiados. Porém, a verificação de qualquer destas hipóteses faria recair sobre esses dirigentes sindicais, em quem os trabalhadores depositaram confiança, a grave responsabilidade histórica de contribuírem para se perpetuar a actual situação de «cisão sindical» e de traírem os interesses que devem defender».

O duch escocês

Sendo a «paridade» uma condição «sine qua non» para a realização de um Congresso para a unidade, como se passam, en-

tretanto, as coisas, entre a publicação da «Carta Aberta» e a Reunião de Sindicatos de 4 de Setembro? Como um duch escocês: do que ante ao frio.

O início das reuniões dos sindicatos que haviam de dar origem à «Carta Aberta» (realizaram-se, entretanto, após a primeira em Fevereiro, mais três reuniões) e a posterior divulgação deste documento colocaram a Intersindical perante um facto consumado: a linha que se lhe opunha organizava-se e actuava em conjunto, visando embora a unidade do movimento sindical. O primeiro passo é, da parte da Inter, a tentativa de sedução do adversário.

Quando das comemorações do 1.º de Maio é conseguida uma plataforma de acordo para a participação comum nas cerimónias comemorativas e, a partir de então, foram encetadas reuniões periódicas entre os representantes das duas tendências, a fim de serem debatidas questões relativas ao Congresso (Congresso que o representante da Inter, no 1.º de Maio, aceitara como «Congresso de todos os sindicatos — para a unidade» (segundo a denominação proposta pela «Carta Aberta»).

A relativa aproximação entre as duas partes possibilita, em 26 e 27 de Julho último, por convocação conjunta da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» e do Secretariado da Intersindical, de reuniões distritais de sindicatos filiados e não filiados em Faro, Lisboa, Covilhã, Coimbra, Porto e Braga — reuniões que culminaram na Reunião Geral de Sindicatos (RGS), filiados e não filiados, de 29 do mesmo mês (reunião sem carácter deliberativo).

de 75 e reconhecido da Intersindical como a Central Única dos trabalhadores portugueses (1.º Maio e Congresso da Inter, em Julho do mesmo ano).

PCP: neutralizou a força sindical do PS

Não eram as forças de direita que, com esta jogada de antecipação, os comunistas procuravam neutralizar (como se dizia, ao se explicar aos militares que a unidade iria impedir o PPD de ter a sua central sindical). Era fundamentalmente a possibilidade, nos tempos mais próximos, de o PS obter os apoios de que necessitava no campo operário, para se afirmar como partido socialista, que, por via administrativa, tal neutralização, visava.

Os socialistas entendem perfeitamente o alcance da jogada e, num comício realizado, em Janeiro de 1975, no Pavilhão dos Desportos, opõem-se publicamente à lei da unidade e ao PC e criticam os militares por darem cobertura «a uma estratégia partidária». Por via da questão da unidade, os socialistas chegaram então a encerrar a hipótese de se retirarem do governo provisório — mas o rejeição das consequências para o projecto democrático do seu abandono do governo, que correspondia a uma ruptura com o MFA, leva-os a aceitar, conjuntamente, tal decisão, em-

he escocês

que se deveria convocar uma nova RGS para se chegar a acordo sobre os pontos em que não havia consenso». Ora não havia consenso sobre quatro pontos: objectivo de Congresso (ou reestruturar a Intersindical ou construir uma nova Central Sindical Única); a questão da paridade na Comissão Organizadora; sobre a presença no Congresso dos sindicatos paralelos; sobre a questão da presença da imprensa nos trabalhos preparatórios do congresso.

Embora todas as outras reuniões tenham sido convocadas, em conjunto, pelos representantes das duas tendências; embora a resolução final da RGS de 29 de Julho determinasse que a Mesa da referida Reunião (Mesa constituída por representantes de ambas as tendências) promovesse «todos os contactos necessários para se efectivarem rapidamente uma nova RGS onde seja eleita a Comissão Organizadora do Congresso» — o Secretariado da Intersindical convocou, unilateralmente, para 4 de Setembro, a referida reunião.

Uma «lua-de-mel» acabada

A Comissão de Redacção da «Carta Aberta», por intermédio da direcção dos Bancários do Sul e Ilhas reage violentamente. Num comunicado intitulado «Não à cisão sindical», aquela direcção acusa o Secretariado da Inter de «prática sectária e divisionista» e responsabiliza aquele órgão «pelas consequências que poderão advir para o Movimento Sindical Português, desta reunião», cuja convocação é considerada de «antidemocrática e antipopular». A Intersindical responde, afir-

bora deixando claro que isso não implicaria a aceitação do princípio da unidade na futura Constituição.

Apesar da unidade e do domínio do aparelho sindical pela linha afecta ao Secretariado da Intersindical, o ano de 1976 correspondeu a um irromper de novas tendências no movimento sindical, traduzidas pelas vitórias de listas desafectadas à Inter em algumas dezenas de sindicatos. A divisão do movimento sindical — apesar da «proibição» administrativa que a unidade procurava ser — torna-se um facto, que nem a própria Intersindical procura esconder. Apesar da sua grande força, a Intersindical apenas consegue representar cerca de 1 milhão e 300 mil trabalhadores, dos cerca de 2 milhões e 200 mil sindicalizados. Ou seja: 40 por cento dos trabalhadores sindicalizados (inscritos em 152 dos 342 sindicatos portugueses) não são representados pela Inter (na qual se encontram filiados 190 sindicatos).

A partir de Fevereiro de 1976, direcções sindicais não apoiantes da linha da Intersindical começam a reunir-se para concertarem actuações autónomas com vista à contestação da central única e de um previsto II Congresso. A divisão do movimento sindical português passa, então, de uma fase «atomizada» para uma outra, mais avançada. Face à Intersindical avançada a haver não já sindicatos dispersos e isolados mas sindicatos que tendem a organizar-se e a concertar estratégias comuns. Era, de certo modo, a institucionalização da divisão.

As portas do entendimento estarão já fechadas?

Regressamos, afinal, à questão política. Se o avanço organizativo dos sindicatos opostos à linha da Intersindical correspondia, da parte da linha oposta, à necessidade de combater o P. C. P. no campo operário, pressionando-o mesmo com a velada ameaça de uma cisão, a «lua-de-mel» entre ambos os lados, entre Abril e Agosto, correspondia, por parte do P. C. P., a uma abertura, no campo sindical, no sentido da «maioria de esquerda». A verificação, por parte dos comunistas, de que os socialistas não estavam dispostos a fazer cedências, nem no campo político nem no sindical; a constatação de que isso equivaleria a uma revogação da Lei da Unidade — levou os comunistas à necessidade do galope.

O contra-relógio

A convocação unilateral da Reunião-Geral de Sindicatos de 4 de Setembro é, para a linha política afecta à Intersindical um contra-relógio. Antes que o Governo proponha uma lei de associações sindicais que, de facto, coloque a Intersindical como uma central sindical e não como a central única, há que defender a actual estrutura e desencadear rapidamente os mecanismos que conduzam a uma poderosa reacção de um sector do movimento sindical contra tal decisão (e, ainda, a um fortalecimento da linha afecta ao Secretariado da Intersindical, fortalecimento que, em caso de cisão, coloque a Inter numa posição de força em relação a outra, ou outras, centrais que venham a surgir).

Por outro lado, se a aceitação do princípio da discussão pública das divergências representa, para a linha sindical afecta ao P. C. P., uma concessão, ela é também a oportunidade importante (num momento em que o Governo vai ter de tomar medidas, no campo da economia e do trabalho, não imediatamente populares) de acesso aos meios de comunicação social para denunciar essas medidas como antipopulares, tendentes a proporcionar «a recuperação capitalista» e a «dividir os trabalhadores» para melhor conseguir tais objectivos de recuperação. O que se chama matar dois coelhos de uma cajadada: por um lado, sápar a base popular de apoio do Governo (objectivo no campo político); por outro, enfraquecer o apoio dos trabalhadores à linha da «Carta Aberta», identificando-a com a política «antipopular» do Governo e com as suas tentativas de «divisão do movimento sindical» (objectivo de fortalecimento no campo sindical).

Acceptar o largo prazo e o método de discussão propostos pelos sindicatos afectos à «Carta Aberta» era, da parte do P. C. P., conceder (à linha sindical do P. S.) o tempo necessário para um trabalho de sápar dos seus próprios posições, logo, para um possível enfraquecimento da sua linha, nomeadamente quando algumas importantes eleições sindicais estão à porta (cite-se, por importante quantitativamente, as dos sindicatos da Função Pública). Acceptar a paridade era conceder à parte con-

trária uma possibilidade de acção livre no seu próprio campo — era permitir a neutralização da sua máquina sindical. Era, ainda, permitir a instalação de um largo período de discussão no seio do movimento sindical gerador de um clima pouco propício ao desencadear de acções de massa contra a política do novo Governo. Era, portanto, impossibilitar (ou, pelo menos, dificultar) a demonstração de que «o Governo não dispõe apoio no seio da classe operária» e que não consegue governar «e que a única alternativa, «quando ele tiver falhado», é a criação de um Governo de esquerda com os comunistas — como o afirmava recentemente Álvaro Cunhal a um jornal búlgaro.

Cisão: uma perspectiva inevitável

A importância do que se joga, a nível sindical, para o futuro político do País, nomeadamente para o futuro da esquerda, é, pois, relevante — e comprova-o o facto de o «Avante!» ter dedicado o seu último editorial à questão. Nesse editorial, o órgão central do P. C. P. acusa a direcção do P. S. de assumir «uma grande responsabilidade histórica ao aconselhar aos seus militantes sindicais uma posição que conduz objectivamente à ruptura do movimento sindical», cooptando, desse modo, com aqueles que «trabalham de uma maneira ou de outra para a «recuperação capitalista» em Portugal».

Mas à acusação é respondida, pelos dirigentes do P. S., ao campo comunista. Álvaro Cunhal, secretário nacional para as questões do trabalho e sindicais acusa, por sua vez, o P. C. P., (através da Intersindical) de «estar a lançar-se na cisão a qual só poderá ser evitada se houver uma reacção muito forte dos trabalhadores portugueses», e acrescenta:

«Os que defendem uma política de encontro com o P. S. sabem que tal projecto passa pela unidade sindical. Mas há quem persista numa linha de actuação do tipo da dos tempos do gongalvismo e queira a cisão. Creio que tal virá a provocar resistência dentro do próprio P. C. P. Mas, a verificar-se uma cisão, aqueles que a provocarem ficam com a responsabilidade do aparecimento de várias centrais sindicais — o que seria enorme prejuízo para os trabalhadores. Os militantes socialistas lutarão contra isso».

As portas do entendimento estarão já fechadas? Apesar de tudo, socialistas e comunistas respondem negativamente. Mas, enquanto nas palavras tudo ainda é possível, nos actos as duas partes mantêm a rigidez das suas posições. A menos que haja uma reflexão na estratégia do P. C. P. e, do P. S., nos planos global e sindical, a cisão do movimento sindical português, no pós-25 de Abril, parece (ao contrário do que pensa o Secretariado da Intersindical) tomar a forma da inevitabilidade.

E não servirá de nada, aos trabalhadores portugueses, ouvir depois os partidos de esquerda acusarem-se mutuamente de culpados.

17 SET. 1976

13.º mês em títulos do Tesouro: 58% da população trabalhadora “poupará” 5,8 milhões de contos

O PAGAMENTO de parte do subsídio de Natal em títulos da dívida pública ou do Tesouro, anunciado por Mário Soares na sua alocação ao país na semana passada, abrangerá 58% da população trabalhadora cujos vencimentos excedem os 6000\$, já que 27,2% vencem mensalmente salários até 4999\$, e 14,8% ganham entre 5000\$ e 5999\$ por mês, de acordo com os elementos provisórios para Julho deste ano disponíveis no banco de dados do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho (vd. quadro junto).

A inclusão da classe de remuneração entre os 5000 e os 5999\$ deve-se a que, como os títulos terão o valor nominal de mil escudos, os arredondamentos também serão pagos em moeda corrente (Exemplo: um salário de 6700\$ será pago com 1 título da dívida pública de mil escudos e com 5700\$ em dinheiro); o que na prática se traduz no facto de que não serão abrangidos salários até 5999\$.

Aplicando aquelas percentagens à estimativa da população activa com profissão em 1976 efectuada pelo Departamento Central de Planeamento (3 032,3 milhares de trabalhadores), verifica-se que será abrangida uma população de 1759 mil trabalhadores.

Por outro lado, estima-se que este esquema de poupança forçada poderá traduzir-se em cerca de 5,8 milhões de contos (27,1% do montante global). Com efeito, se se considerar que as remunerações do

Estrutura do emprego por classes de remuneração

Classes de remuneração	Janeiro/75	Julho 76 (a)
Até 3 999\$	21,5	7,0
de 4 000 a 4 999\$	18,3	20,2
de 5 000 a 5 999\$	19,7	14,8
de 6 000 a 6 999\$	16,0	19,6
de 7 a 7 999\$	9,3	17,2
de 8 000 a 11 999\$	11,5	17,4
12 000 ou mais	3,7	3,8
TOTAL	100,0	100,0

(a) Dados provisórios do “banco de dados” do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho.

trabalho representarão este ano 60% do rendimento nacional a preços correntes (estimado em 498,8 milhões de contos), verifica-se que tais remunerações ascenderão a perto de 300 milhões de contos. Pressupondo a generalização dos subsídios de férias e de Natal (14 meses de salário), verifica-se que o montante global do chamado 13.º mês ascenderá a 21,4 milhões de contos.

A este montante haverá que deduzir a parte correspondente aos salários até 5999\$/mês, que estimamos em 5,9 milhões de contos, com base em cálculos efectuados a partir dos valores médios de cada classe de remuneração mul-

tiplicados pela parte respectiva da população abrangida. Outra verba a subtrair é a correspondente à parte do subsídio de Natal pago em dinheiro à população trabalhadora abrangida, que calculamos será de cerca de 9,7 milhões de contos (5,5 contos x 1759 milhares de trabalhadores).

Os dois montantes ascendem a 15,6 milhões de contos. Donde, por diferença, se obtém uma estimativa do valor dos subsídios de Natal que serão pagos, através de títulos da dívida pública, isto é à poupança forçada que se gerará através dessa medida governamental (5,8 milhões de contos). A. Cordeiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE IMPRENSA NÃO CUMPRE DECISÕES APROVADAS PELA CLASSE

Um grupo de trabalhadores de jornais estatizados, através de um comunicado recentemente divulgado, acusa a direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa (STI) de não cumprir as deliberações democraticamente aprovadas em assembleia geral da classe.

Durante uma assembleia geral daquele sindicato, convocada expressamente para tratar assuntos relacionados com o próximo Congresso dos Sindicatos, foi aprovada uma

proposta que impunha obrigatoriedade de divulgação das deliberações ali tomadas. Esta decisão não foi acatada pela direcção do STI, o que motivou o referido comunicado.

Na proposta aprovada, depois de nos considerandos se afirmar que o STI «está filiado na Intersindical e que a direcção tem participado em reuniões paralelas à estrutura sindical portuguesa, como é o caso das reuniões dos

sindicatos subscritores da «Carta Aberta», determina-se a não participação futura da direcção do STI naquelas reuniões, ao mesmo tempo que se vincula a sua comparência nas reuniões convocadas pela Intersindical. Ainda nos termos da mesma proposta, a direcção do STI fica obrigada, por determinação de assembleia-geral, a aceitar «a realização do Congresso ainda durante o corrente ano», e, também «a proporcionalidade do voto em relação ao número de trabalhadores sindicalizados em cada sindicato, correspondendo 1 voto por cada 1000 trabalhadores».

A terminar, estipula a referida proposta que a direcção do STI deve «combater o direito de tendência nos sindicatos», assim como a «criação de qualquer estrutura paralela à da Intersindical» e acrescenta que são ainda obrigações da direcção do STI pugnar por que «a comissão organizadora do Congresso dos Sindicatos seja eleita em Assembleia Geral dos Sindicatos» e não consentir a presença dos órgãos de informação nas reuniões preparatórias do Congresso.

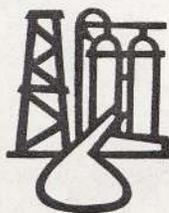
PUB

22x 17/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS QUÍMICAS DO CENTRO, SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

COMUNICADO

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS



A todos os trabalhadores do Distrito de Lisboa, independentemente da sua profissão

Em sequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizado no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, CNOP, veio a realizar-se uma reunião com os Sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não na Intersindical Nacional.

Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, com abertura a todos os sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na dinamização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD, como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta, e não para decidir seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que TODOS os trabalhadores e possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do Movimento Sindical Português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — CDD — que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para discutir todos os problemas respeitantes à realização do Congresso, e a pressionarem as suas direcções sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm utilizado os mais diversos artificios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES!
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

NOTA: A Comissão Dinamizadora Distrital funciona na União dos Sindicatos de Lisboa, Rua Vítor Cordon 1-2.º

Lisboa, 16 de Setembro de 1976

A Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa

«ANTIDEMOCRÁTICA, DIVISIONISTA E GOLPISTA»

— CONSIDERA UM GRUPO DE SÓCIOS

A ACÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IMPRENSA

«As divergências entre os trabalhadores devem ser discutidas dentro das suas estruturas organizativas e a grande maioria dos órgãos da Informação (onde impera a direita reaccionária) tem procurado exercer uma acção divisionista no movimento sindical». Estas palavras lêem-se num comunicado que nos enviaram nove sócios do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, contestando a assembleia geral realizada no passado dia 2.

«Constataram os sócios presentes», lê-se no documento, «que só compareceram na assembleia geral dois elementos dos corpos gerentes faltando todos os membros da mesa da assembleia geral. Na circunstância, entre os sócios presentes foi eleita uma mesa, constituída por um membro da direcção e dois delegados sindicais.

● Nos pontos prévios foi apresentada, pela presidente da direcção, uma proposta de impugnação e rectificação da votação havida em A. G. anterior relativa à marcação de eleições — na qual não fora considerado pelo presidente a mesa da A. G., o seu voto por correspondência (nos termos dos estatutos), do que resultara o falseamento da votação havida. Esta proposta foi aprovada, ficando as eleições marcadas para 20 de Outubro próximo.»

● Após os pontos prévios, iniciou-se a discussão do ponto único da ordem de trabalhos, no qual foi apresentada a seguinte proposta: «Considerando que o nosso Sindicato está filiado na Intersindical e que a direcção tem participado em reuniões paralelas à estrutura sindical portuguesa, como é o caso das reuniões dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta».

Considerando que se torna

cada vez mais urgente a realização do Congresso dos Sindicatos para que a unidade de todos os trabalhadores contra a exploração capitalista se torne uma realidade, numa altura em que as forças do capital avançam.

Considerando que o Congresso dos Sindicatos deve ser verdadeiramente democrático, traduzindo portanto a proporcionalidade do voto em relação ao número de trabalhadores sindicalizados.

Considerando que os partidos políticos não se devem intrometer na vida dos sindicatos e que o «direito de tendência» é precisamente a transposição das lutas partidárias para dentro dos sindicatos comprovadamente um factor de divisão entre os trabalhadores.

Considerando que as divergências entre os trabalhadores devem ser discutidas dentro das suas estruturas organizativas e que a grande maioria dos órgãos de Informação (onde impera a direita reaccionária) tem procurado exercer uma acção divisionista no movimento sindical, a qual só tem favorecido e favorecerá os inimigos dos trabalhadores. Propunho que a direcção do nosso Sindicato fique vinculada perante esta assembleia a defender os seguintes pontos durante a preparação e realização do Congresso dos Sindicatos:

1 — A desligar-se dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta», nomeadamente recusando-se a participar nos seus encontros.

2 — A participar em todas as reuniões convocadas pelo Secretariado da Intersindical ou seus órgãos inferiores.

3 — A realização do Congresso dos Sindicatos ainda durante o corrente ano.

4 — A proporcionalidade do voto em relação ao número de trabalhadores sindicalizados em cada sindicato, correspondendo 1 voto por cada 1000 trabalhadores.

5 — A combater o direito de tendência nos sindicatos.

6 — A combater a criação de qualquer estrutura paralela à da Intersindical.

7 — A que a comissão organizadora do Congresso dos Sindicatos seja eleita em Assembleia Geral de Sindicatos reprovando qualquer tentativa de eleger a comissão tendo em conta tendências políticas ou sindicais.

8 — A que os órgãos de Informação não estejam presentes nas reuniões de trabalho preparatórias do Congresso.»

«ATAQUE SISTEMÁTICO»

O comunicado menciona, mais adiante:

«Após acesa discussão, a proposta foi aprovada por grande maioria, apesar de existirem dúvidas quanto à sua força de vinculação dos corpos gerentes do S. T. I. Seguidamente foi aprovado, também por esmagadora maioria, que a proposta anterior fosse publicada, pelo menos, no «Diário de Lisboa» e noutro jornal estatizado da manhã. (A proposta de publicação no «D. L.» fora justificada com o facto de apenas esse jornal — além do «Jornal do Comércio» — ter dado divulgação à recente luta dos trabalhadores de «A Capital» contra a censura interna).

Esta última deliberação da A. G. não foi cumprida pelos corpos gerentes, por isso o proponente de ta. proposta e alguns outros sócios que a aprovaram vêm divulgá-la e tentarão a sua publicação na Imprensa, para que seja do conhecimento de todos os sócios a conduta antidemocrática e anti-estatutária dos corpos gerentes do nosso sindicato, a qual está claramente expressa nos seguintes factos:

a) A convocação da assembleia geral com a não comparência dos elementos dos corpos gerentes que têm participado nas reuniões dos chamados «sindicatos democráticos» — procurando com isso que essa actividade realizada sem a aprovação da classe não pudesse ser discutida na A. G.

b) Não comparência da mesa da A. G. — visando objectivamente sabotar a realização da assembleia.

c) O ataque sistemático, por parte dos dois elementos presentes dos corpos gerentes, a sócios que — segundo eles — compareciam «pela primeira vez no sindicato» (tendo um sócio chegado a perguntar se, sendo a primeira vez que ia a uma A. G., o seu voto era válido ou não...).

d) Não vinculação dos corpos gerentes à proposta atrás transcrita e aprovada na A. G. (em relação ao Congresso dos Sindicatos) — na medida em que para isso seria necessário ter havido convocação da A. G. simultânea da Secção Norte, o que a mesa da A. G. não fez, fugindo ao compromisso de uma linha de acção democraticamente aprovada pela classe, para os corpos gerentes poderem continuar a actuar ao seu bel-prazer.

e) Não cumprimento, pelos corpos gerentes, das deliberações da A. G., recusando a publicação da proposta aprovada, nos termos do deliberado pelos sócios.»

O documento termina considerando a actuação dos actuais corpos gerentes do sindicato «abertamente antidemocrática, divisionista e golpista».

dp — 17-9-76

Sindicato de Trabalhadores na Imprensa

Seculo 17/9/76

A direcção tem de participar na Intersindical mas não há porta fechada à «carta aberta»

Não são consideradas correctas por alguns membros dos corpos gerentes do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, as notícias aparecidas em alguns órgãos de Informação relativamente ao sucedido na última assembleia geral daquele organismo sindical.

Na realidade, na reunião realizada em Lisboa, um grupo de associados apoiantes incondicionalmente da linha dominante no Secretariado da Intersindical apresentou uma proposta, onde, depois, de varios considerandos,

se propõe, entre outras coisas que a direcção do sindicato fique vinculada a «desligar-se dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta», nomeadamente recusando-se a participar nos seus encontros».

Segundo nos informaram, para que tal proposta seja vinculativa para o Sindicato, é necessário que ela seja aprovada em plenários simultâneos, em Lisboa e no Porto (onde há uma delegação), cumprindo-se assim os estatutos.

Ora, tal proposta não seguiu

as normas estatutárias e por isso, ainda de acordo com os elementos contactados, «não tinham nada que a fazer cumprir». Contudo, por iniciativa do presidente da direcção, a comissão directiva sindical fez circular entre os sócios a citada proposta.

Na opinião dos elementos da comissão directiva, com quem contactámos, os seus camaradas de direcção, que foram a Coimbra à reunião dos sindicatos da «Carta Aberta», não podiam deixar de participar nas assem

bleias da Intersindical, porque estavam a tal facto vinculados por decisão de uma assembleia geral.

A posição dos elementos directivos sindicais de Lisboa, que têm acompanhado a preparação do Congresso dos Sindicatos, pareceu estar em contradição com os elementos do Porto, os quais nunca deixaram de participar nas reuniões da Intersindical, embora acompanhem a discussão das direcções dos sindicatos da «Carta Aberta».

A importância do que se passa no Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa advém de que os actuais corpos gerentes estão demissionários desde 18-5-76, na sequência do agravamento de divergências existentes no seu seio, que se foram tornando cada vez mais insuperáveis.

De acordo com um comunicado enviado aos sócios, o presidente da comissão directiva, Gonçalo Fernandes, afirmou que: «Tendo em conta esta situação (acima referida), na assembleia geral de 4-8-76, foi apresentada uma proposta no sentido de se realizarem eleições no dia 20-10-76. Esta proposta só veio no entanto — e mercê de actuação do presidente da mesa da assembleia geral, que arbitrariamente decidiu não contar o voto de um sócio — a considerar-se aprovada na assembleia geral de 2-9-76».

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Delx
17/8/76

POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA PREVIDÊNCIA

MOÇÃO

Os 170 Sindicatos presentes na Reunião Geral de Sindicatos, no Instituto Superior Técnico, em 4/9/76,

Considerando:

— Que os trabalhadores descontam dos seus salários para a Previdência muitos milhões de contos por ano (34 milhões é a previsão para 1976);

— Que, apesar desta fabulosa verba, a Previdência e a Saúde que lhes têm sido proporcionada é a que mantém os reformados com pensões de miséria e Portugal como País da Europa com maior mortalidade infantil;

— Que, apesar dos esforços dos representantes do Movimento Sindical na gestão das Caixas, ainda não se conseguiu reestruturar a Previdência em termos democráticos, mantendo-se no essencial a estrutura fascista, devido aos boicotes do Ministério dos Assuntos Sociais;

— A linguagem tecnicista do Programa de Segurança Social e Saúde do Governo constitucional que revela uma concepção tecnocrática da gestão da Previdência que repudiam;

Que a gestão da Previdência com a objectiva participação dos trabalhadores a todos os níveis — conforme a Constituição reconhece — será eficaz se for democratizada com economia de muitos milhões de contos;

DECIDEM:

1.º — Manifestar ao Governo que nunca aceitarão o afastamento dos representantes do Movimento Sindical da gestão das Caixas, em troca de qualquer falsa representação ou qualquer organismo-fantasma sem nenhuma intervenção efectiva, apenas para que se dê a aparência de respeitar a Constituição;

2.º — Reivindicar a presença de representantes do Movimento Sindical no Instituto de Gestão Financeira da Previdência, o qual parece estar a ser constituído nas costas dos trabalhadores, bem como nos centros distritais e regionais de segurança social, de que fala o programa do Governo;

3.º — Reivindicar uma progressiva reestruturação orgânica e funcional da Previdência que vise a sua descentralização ao nível das empresas, com participação dos Delegados Sindicais à Previdência, cujas funções devem ser reconhecidas legalmente, com vista a:

a) Pagamento — nos locais de trabalho e sem atrasos — dos abonos de família e subsídios de doença, de nascimento, etc.;

b) Aumento e pontual pagamento das pensões de reforma e viuvez;

c) Criação do Serviço Nacional de Saúde, gratuito e eficaz, com participação e mobilização das populações para as tarefas sanitárias;

d) Apelar aos trabalhadores da Previdência para que cooperem nestes objectivos a favor da saúde e da segurança social do Povo Português.

(APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

Rodoviários de Setúbal discutem regulamento do congresso sindical

J. Moura
17/8/76

O Sindicato dos Rodoviários de Setúbal tem vindo a promover reuniões dos seus associados em diversos concelhos do distrito, a fim de serem discutidos os projectos de regulamento do Congresso dos Sindicatos, os problemas respeitantes à verticalização e ainda «os decretos anti-operários». Hoje, pelas 21 horas, efectuar-se-ão reuniões em Santana, no concelho de Sesimbra e na sede do Sindicato, em Setúbal.

DLx 27/9/76

Abaixo-assinado da "Carta Aberta" está a cargo de forças partidárias

A circulação, em diversos locais de trabalho, de um abaixo-assinado de apoio aos pontos de vista do grupo de direcções sindicais da Carta Aberta «está a cargo de forças partidárias que utilizam os seus militantes no interior das empresas, visando provocar o mais possível situações de ruptura, que abrem caminho para, com maior facilidade, as medidas de agravamento da exploração anunciadas pelo Governo consigam ir avante» — alerta a direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

Entre essas medidas, o comunicado agora divulgado refere «o reforço do autoritarismo dos patrões, o aumento das horas diárias de trabalho e os despedimentos». E acrescenta: «enfraquecidos pela divisão poderão os trabalhadores aceitar nas suas fábricas, sem luta, as medidas deste tipo apontadas pelo Primeiro-Ministro na RTP. Sabem disso os patrões, sabe disso o Governo e sabem disso todos os que, conscientemente, hoje no movimento sindical promovem a divisão e o desacordo, negando-se à discussão».

A direcção dos têxteis considera que os promotores daque-

le abaixo-assinado são elementos sectários, golpistas e anti-democráticos, condenando o método utilizado, que é exterior à organização sindical e revela a intervenção dum aparelho partidário. Tal documento — acrescenta — «pretende apenas dividir-nos».

O comunicado termina alertando para «as lágrimas de crocodilo dos que a nada mais aspiram senão ao poleiro cupulista, sectário e partidário que dizem combater».

QUÍMICOS PELA UNICIDADE

Os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores

das Indústrias Químicas do Sul enviaram aos órgãos do poder uma moção aprovada em plenário realizado em Setúbal na quarta-feira, na qual «repudiam a posição do Governo face à possível retirada da lei da unicidade sindical».

Trata-se, em seu entender, de «uma manobra para dividir os trabalhadores, tornando-os presa fácil dos patrões». Os delegados dos químicos pronunciam-se, assim, pela unidade sindical consagrada na lei.

O texto da moção foi enviado ao Governo, ao Presidente da Assembleia da República, e ao Conselho da Revolução.

ESCANDALOSA HERANÇA DO VI GOVERNO

Diário 17/9/76

DESCONGELADAS CONTAS DE FASCISTAS E PIDES

Ex-dirigentes fascistas pides e legionários poderão vir a movimentar descontraidamente a suas contas bancárias, muitas delas formadas com o dinheiro de origem mais do que duvidosa. O curto prazo de congelamento a que estavam submetidas — apenas três meses —, estabelecido pelo Decreto-Lei 313/76, de 29 de Abril, já terminou.

A preocupação de muitos sectores antifascistas a u m e n t o u consideravelmente porque, através de um simples acto administrativo, o Secretário de Estado do Tesouro poderá permitir aos antigos hierarcas do fascismo disporem do dinheiro, alienar ou onerar os bens móveis e imóveis que conseguiram acumular graças à espoliação dos trabalhadores. Há poucos dias a Secretaria de Estado do Tesouro solicitou ao Banco de Portugal a relação das contas congeladas, com o objectivo de descongelar todas aquelas que não sofram acções de condenação. Dessa maneira, uma simples ordem ao Banco de Portugal entregará aos Marcelo Caetano, Américo Tomás, Champalimauds, Mellos,

Rapazotes e outros, fortunas que fatalmente irão reforçar actividades reaccionárias, contra os interesses nacionais.

O Decreto-Lei 313/76, que regula o problema, foi uma iniciativa do ex-secretário de Estado do Tesouro, dr. Artur dos Santos Silva. O obscuro artigo 11º. diz que «as medidas administrativas» que tenham «sido tomadas anteriormente à data da sua entrega entrada em vigor caducam por força automática igualmente seis meses após a data do seu início».

Quando «aquele prazo se mostrar inferior ao de três meses, contados do início da vigência» deste Decreto-Lei «será este último prazo a ter em conta para o efeito». Assim o prazo para os descongelamentos das

contas teria vencido a 4 de Agosto.

Alguns sindicatos e juristas progressistas já pensam em manifestar-se para impedir a consumação do que vários classificam de «crime contra a economia e segurança nacional».

Entretanto, outros advertem que no próximo dia 29 de Outubro, tal como é previsto no Artigo 9º. do mesmo Decreto-Lei, «expira» o prazo de congelamento das contas dos empresários sabotadores da economia. Porém, diz este artigo que qualquer entidade interessada poderá propor «acção de condenação destinada à efectivação da responsabilidade ou ao cumprimento das obrigações que se procurou garantir».

C. D. Norte 17/9/76

Sindicato dos Electricistas do Norte

CONGRESSO DOS SINDICATOS

MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Electricistas do Norte, seguindo atentamente o desenrolar de todos os trabalhos a criação de um verdadeiro Congresso de Sindicatos para que todos os trabalhadores saiam verdadeiramente mais unidos e fortes perante a classe exploradora há muito bastante unida nas suas organizações de classe como a CIP e CAP e cujos objectivos, todos os explorados não devem ter dúvidas que não é outro senão a eliminação de todas as conquistas da classe trabalhadora desde, já aplicados no órgão supremo da Nação — a Constituição Portuguesa, decidem:

- 1— Apoiar os Corpos Gerentes do nosso Sindicato pela maneira honesta, correcta e conhecedora como até ao presente têm participado nos trabalhos de edificação do próximo Congresso;
- 2— Alertar todos os trabalhadores que no momento presente devem estar mais do que nunca, unidos nas suas organizações de classe;
- 3— Apelar a todos os Dirigentes Sindicais a sua participação como defensores responsáveis dos trabalhadores, para que a concretização do Congresso dos Sindicatos seja uma autêntica jornada de UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES.

Aprovada por maioria com 3 abstenções, na Assembleia Geral de Delegados em 15/9/76.

— O —

COMUNICADO

Não podendo estar indiferentes os componentes do Secretariado de Delegados Sindicais do nosso Sindicato, perante o discurso ameaçador e insensato feito pelo 1.º Ministro Dr. Mário Soares em 9/9/76, propõem a esta reunião Geral de Delegados a seguinte Moção que a ser aprovada deverá ser enviada aos órgãos de informação para publicação:

MOÇÃO.

Delegados do Sindicato dos Electricistas do Norte reunidos em reunião Geral de 15/9/76, dando conta que o discurso pronunciado pelo Primeiro-Ministro Dr. Mário Soares outro objectivo não procurou senão atacar os trabalhadores, quer através das suas organizações, quer sobre as suas conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974, manifestam neste momento o seu repúdio perante:

- a) — A intervenção do Governo na Lei Sindical com o objectivo de permitir e fomentar a divisão dos trabalhadores;
- b) — A entrega das Empresas em Auto-Gestão e as Cooperativas aos patrões que tudo fizeram para lançar os seus trabalhadores no desemprego e na miséria;
- c) — A ameaça de recuar nas próprias Nacionalizações;
- d) — Os ataques feitos à Reforma Agrária e outras conquistas fundamentais que só foram possíveis pela luta e sacrifícios dos trabalhadores.

**NA LUTA, NA UNIDADE E NA RAZÃO
OS TRABALHADORES VENCERÃO.**

Aprovada por maioria com 5 abstenções.

Porto, 16 de Setembro de 1976

ZONA SUL

P. C. X 17/9/76

Função pública prepara eleição dos dirigentes sindicais

Uma vez obtida a legalização do seu sindicato, os trabalhadores da Função Pública da Zona Sul prepararam-se agora para o processo de eleição dos respectivos dirigentes, que deverá realizar-se em Outubro, consoante metodologia ainda a aprovar.

Há, neste momento, dezasseis propostas de metodologia, de discussão e aprovação do regulamento e calendário eleitoral, apresentadas ontem à noite no decurso de uma assembleia regional de delegações (A. R. D.) dos funcionários públicos, realizada em Lisboa, no L. N. E. C.

Seguindo os trâmites então adoptados, a mesa da assembleia deverá enviar essas propostas para os locais de trabalho até à próxima segunda-feira, dia 20, a fim de serem discutidas e votadas em R. G. T.'s. Os resultados assim obtidos serão comunicados ao sindicato até 30 de Setembro, devendo ser afixados na respectiva sede e enviados a todas as delegações, vinculando-se a Comissão Directiva Regional Provisória (C. D. R. P.) a dar deles conhecimento através da Imprensa. Passar-se-á, «de imediato, ao cumprimento das operações eleitorais nele previstas».

Os autores das propostas têm a possibilidade de, até ao próximo domingo (dia 19) retirá-las ou proceder à sua fusão, por mútuo acordo.

CONGRESSO EM DEBATE

Segundo proposta aprovada naquela assembleia, a preparação do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade será objecto de debate pelos trabalhadores da Função Pública, com início dentro do prazo máximo de quinze dias.

A este respeito, a C. D. R. P., através de um comunicado ali divulgado, alerta «todos os trabalhadores para as tentativas de manipulação em curso nalguns locais de trabalho, onde através de abaixo assinados se procura vincular os trabalhadores da Função Pública a posições, sem prévio esclarecimento e discussão democrática e aberta dos problemas em causa». Nele se dá conta, ainda, dos resultados da última reunião geral de sindicatos, realizada em Lisboa no dia 4.

Um representante da C. D. R. P., falando no ponto de «informações», revelou o teor de uma entrevista recente com o secretário de Estado da Administração Pública, que teria garantido a prévia audição dos trabalhadores da Função Pública, e respectivos sindicatos, quanto à legislação que lhes diz respeito.

Recorde-se que o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul se encontra legalizado desde o dia 3 de Setembro, com a publicação dos respectivos estatutos no «Diário da República», III Série.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

Ex.º
17/9/76

M O Ç Ã O

Considerando que para a defesa de uma política salarial e de contratação colectiva, que é o garante das nossas condições de vida; para a luta contra os despedimentos e o desemprego que o patronato ameaça; contra a recuperação capitalista; pela defesa de todas as vitórias alcançadas, tais como as nacionalizações, controlo operário e reforma agrária.

Pela concretização na prática da Constituição e a participação activa dos trabalhadores na elaboração das leis fundamentais do país. Só unidos e organizados os trabalhadores poderão lutar pelos seus interesses comuns e contra os seus inimigos de classe.

Assim, a realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses para o reforço da unidade dos trabalhadores e para a reestruturação da Central Única — Intersindical Nacional, será o garante para a defesa das conquistas alcançadas, para a consolidação da democracia a caminho do socialismo.

Os delegados sindicais da Construção Civil do distrito de Lisboa, reunidos em 14/9/76 decidem:

1.º Conforme decisão da Reunião Geral de Sindicatos no dia 4/9 que a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita por 170 sindicatos comece a elaborar os trabalhos preparativos do Congresso e a dinamizá-los junto dos trabalhadores.

2.º Responsabilizar todos os que, não aceitando a democracia põem em perigo a unidade dos trabalhadores.

3.º Que as direcções sindicais e todos os trabalhadores se mantenham firmes e vigilantes contra todas as tentativas de cisão do movimento sindical, denunciando e combatendo os divisionistas.

4.º Repudiar a forma como alguns órgãos de Informação têm dirigido os assuntos dos trabalhadores, através da calúnia e da deturpação da verdade.

5.º Repudiar os ataques das forças reaccionárias à Intersindical Nacional — Central Única, que mais não visa que a tentativa de divisão dos trabalhadores portugueses.

Função Pública

Ex.º 17/9/76

CDRP DEBATE PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Os trabalhadores da função pública iniciarão, no prazo máximo de 15 dias e através da Assembleia Regional de Delegações (ARD), o debate sobre a preparação do «Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade».

I segundo foi decidido, pela ARD dos trabalhadores da função pública, ontem realizada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

No primeiro ponto da ordem dos trabalhos («informações») um representante da Comissão Directiva Regional Provisória (CDRP) — Zona Sul — deu a conhecer o teor de uma entrevista recentemente efectuada com o secretário de Estado da Administração Pública, no decorrer da qual este garantiu que não será publicada qualquer legislação relativa aos trabalhadores da função pública, sem prévia

audição da CDRP e restantes sindicatos pelos quais aqueles trabalhadores são abrangidos.

A CDRP, divulgou também um comunicado no qual dá conhecimento da reunião geral dos sindicatos realizada no passado dia 4 no Instituto Superior Técnico.

Nesse comunicado, alerta «desde já, todos os trabalhadores para as tentativas de manipulação em curso nalguns locais de trabalho, onde através de abaixo-assinados, se procura vincular os trabalhadores da função pública a posições, sem prévio esclarecimento e discussão democrática e aberta dos problemas em causa».

Seguidamente, um delegado sindical da Direcção-Geral das Construções Hospitalares informou que neste organismo se prepara o despedimento de

cinco trabalhadores, a concretizar em 30 de Setembro, no âmbito da aplicação do «repudiado» Decreto-Lei 294/76 (sobre os chamados «excedentes»).

Numa outra intervenção, foi dada a conhecer a tentativa de reintegração, na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, de um legionário e ex-director de serviços.

O indivíduo em questão, eng.º Álvaro Magalhães, fora afastado pelos trabalhadores há cerca de um ano, de acordo com uma decisão tomada por unanimidade em assembleia-geral

A hora de fecharmos a nossa edição, as cerca de 120 delegações presentes no LNEC iam entrar no segundo e último ponto da ordem de trabalhos: «eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública».

17/9/76

Movimento sindical:

Enquanto o impasse continua definem-se novas posições

A APROVAÇÃO de duas propostas, que contêm os princípios de actuação do grupo da Carta Aberta, e de uma terceira, que prevê a elaboração de projectos de regulamento do "Congresso de todos os sindicatos para a unidade" e dos estatutos da "Central Sindical Unica", são os pontos mais salientes do último encontro da Carta Aberta, que decorreu, no início desta semana (dias 13 e 14), em Coimbra.

Tanto os princípios de actuação, como os considerando que os precedem, parecem demonstrar a radicalização de posições relativamente ao Secretariado da Inter, que é acusado de, através das suas "manobras de cianó", ser responsável pelo actual impasse no movimento sindical português.

Reafirmando "a disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Unica, Democrática e Independente, controlada pelos trabalhadores e

no seu serviço", não permitir "que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso Nacional de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical, exigindo que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais de expressão no actual movimento sindical", e exigir "que o Congresso de todos os sindicatos para a unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões", uma das propostas, aprovadas no referido encontro, volta a demarcar o grupo da CA relativamente ao processo desencadeado pela Intersindical, com a eleição de uma comissão organizadora provisória, para a realização do próximo Congresso.

Por sua vez, a Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos, em

conferência de imprensa convocada para quarta-feira passada, referindo-se à reunião geral de sindicatos de 4 deste mês, defendeu que "estão criadas as condições para que nenhuma direcção sindical possa, sem trair os trabalhadores que representa e os princípios democráticos, afastar-se da organização e do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Unica".

Adiantou-se ainda, que "as direcções dos sindicatos dos metalúrgicos não podem deixar de censurar a actuação de um reduzido número de direcções sindicais — as mais contestadas pelos associados — que, recusando-se a aceitar os princípios da democracia sindical, estão pondo em perigo a unidade dos trabalhadores e a fomentar, ainda que afirmem o contrário, a divisão e o pluralismo no movimento sindical português".

O impasse continua, portanto, sem qualquer alteração. De resto também os debates públicos que se têm desenrolado nos meios de comunicação social, para além da divulgação de importantes problemas junto do grande público, não adiantaram qualquer possibilidade de acordo que conduza a um Congresso de todos os sindicatos.

Como já foi sublinhado, no frente-a-frente sindical publicado no último EXPRESSO, só os trabalhadores, nas assembleias gerais de sindicatos, poderão vincular as direcções sindicais a propostas que ultrapassem o impasse.

Entretanto, a comissão de redacção da CA pôs a circular um abaixo-assinado dirigido a todos os trabalhadores que se identifiquem com os princípios gerais do grupo. Segundo um elemento daquela comissão, o abaixo-assinado "provará que a maioria dos trabalhadores portugueses não apóia a Inter". O mesmo elemento denunciou, também, manobras de pessoas que contestam o documento, no sentido de boicotarem o recolhimento de assinaturas.

MRPP E EVIDENCIA

Ainda sobre o último encontro de Coimbra, é de notar que a citada proposta de princípios do grupo da CA foi apresentada e defendida por militantes sindicalistas ligados ao MRPP, partido que, assim, volta a aparecer em posição de destaque no movimento sindical. O reaparecimento do MRPP vem definir no seio da CA, uma nova corrente que influenciará as decisões deste grupo.

Depois de um período de redução da intervenção, os sindicalistas do MRPP apresentam novas propostas sobre a composição da comissão organizadora do Congresso. Assim, como se pode ler na proposta aprovada na última terça-feira, defende-se a constituição paritária da comissão organizadora do Congresso, não em termos de dois grandes blocos, mas em termos de representação de todas as linhas políticas com expressão no movimento sindical.

A força conseguida pelos sindicalistas do MRPP no último encontro de Coimbra, onde fizeram aprovar uma das principais propostas, parece dever-se, sobretudo, à coesão com que ali actuaram.

De facto, enquanto os elementos ligados ao MRPP agiam em bloco, o mesmo não acontecia com outras correntes. Sindicalistas próximos do PS assumiram posições contraditórias em relação a uma mesma proposta.

Refira-se, a finalizar, que os dirigentes sindicais identificados com a UDP, que vinham participando nos trabalhos da CA, desvincularam-se deste grupo, integrando-se no processo desenvolvido pela Intersindical. Embora estes elementos sempre tenham mantido uma posição crítica relativamente a correntes da CA, o que poderia não favorecer as suas posições, agora foram engrossar o bloco sindical da Inter, o que as prejudica claramente.

4 Nacional

Expreso
17/9/76

Inter contesta legislação laboral

A SEMANA que hoje termina caracterizou-se, no mundo do trabalho, pela posição crítica finalmente assumida pela Intersindical relativamente ao primeiro Governo constitucional, cuja prática tem oscilado entre diversos quadrantes, consoante as conveniências do momento.

Rompendo um período de silêncio e de abstenção a todo e qualquer tipo de comentário (como foi exemplo a posição assumida pela Inter em relação ao programa do governo), a Central Unica dos trabalhadores portugueses quebrou um longo silêncio, criticando duramente o último discurso do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares. Não olhando a complacências de espécie alguma e tendo os alvos bem definidos, Mário Soares responsabilizaria na sua alocução as organizações dos trabalhadores, os sindicatos e as greves — que não deverão ser um primeiro mas antes um último recurso dos trabalhadores — como as causas principais do avolumar de uma crise que já data de antes do 25 de Abril.

Tanto o PCP como a Inter reagiram imediatamente, divulgando comunicados. No entanto, e apesar das semelhanças dos comunicados daquelas duas organizações, um aspecto os distinguiu. Enquanto que o primeiro não lançava qualquer repto, o da Inter afirmava textualmente o Governo terá de reprimir os trabalhadores se quiser fazer uma política antipopular.

Assim a Inter não se limitava a responder ao discurso do Primeiro-Ministro, mas também lançava o desafio ao tocar no cerne da questão. Efectivamente, ou o

Governo executa uma política de maioria de esquerda e goza de uma certa credibilidade e apoio da Inter, ou então defende uma política de recuperação capitalista e aquela central sindical lança uma política antigovernamental. De resto, a Inter parece já ter optado por esta última hipótese, como assinala o seu último comunicado relativamente a uma nota divulgada pelo Ministério do Trabalho, sobre a nova legislação do sector e respectiva participação dos trabalhadores na elaboração dos diplomas que lhes dizem respeito. Segundo o Secretariado da Inter o Governo visa afastar os trabalhadores da participação organizada e, por outro lado, pretende dividi-los ao conceder um prazo de 15 dias para os sindicatos se pronunciarem sobre oito projectos. Recorde-se que esses diplomas dizem respeito essencialmente, aos despedimentos com justa causa, à contratação colectiva e ao estatuto das empresas em autogestão.

Refira-se, entretanto, que os sindicatos subscritores da "Carta Aberta" ainda não tomaram qualquer posição acerca do discurso do Primeiro-Ministro, nem sobre a recente nota oficiosa do Ministério do Trabalho.

Entretanto, foram já anunciados outros diplomas referentes a legislação laboral.

Neste sentido, Marcelo Curto revelou que se encontram constituídas comissões de apoio às empresas em autogestão, tendo sido já entregues aos trabalhadores 124 empresas.

Outras do mesmo regime merecerão uma análise cuidada por parte do MT, sendo entregues ao patronato aquelas que foram injustificadamente ocupadas.

Congresso dos sindicatos: a questão é a unicidade

Jornal
17/9/76

Albertino Antunes

A próxima realização do Congresso dos Sindicatos começa agora a ganhar a sua verdadeira dimensão, através do debate nos órgãos de comunicação social das questões mais importantes. Está neste caso o debate entre elementos da «Carta Aberta» e da Comissão Organizadora do Congresso, que preencheu totalmente o programa «Terça à Noite», na televisão.

Embora a finalidade do debate — esclarecer os trabalhadores — não tenha sido atingida, devido à escassez de tempo e à quantidade e complexidade das questões levantadas, a verdade é que ele possibilita duas conclusões importantes. Assim, o que fundamentalmente divide, mais do que os trabalhadores, as direcções sindicais é a questão da unicidade, a qual não se contrapõe à unidade (antes é o seu corolário lógico), mas sim ao pluralismo.

Portanto, e aqui reside o cerne do problema, as posições são as seguintes: de um lado, a linha PCP e as linhas a que, por comodidade, chamamos de esquerda revolucionária defendem a unicidade sindical (proibição na lei de criação de estruturas sindicais paralelas) e a reestruturação da Inter, como Central Única, num congresso de todos os sindicatos; do outro lado, os sindicatos da «Carta Aberta», abrangendo as correntes tidas como afectas ao PS, PPD e MRPP, embora com algumas divergências, manifestam-se pela unidade (forjada pelos trabalhadores, mas não expressa na lei), defendendo a criação de uma Central Sindical e não a reestruturação da Inter, num Congresso de todos os Sindicatos.

Unidades e pluralismo

Esta posição dos sindicatos da «Carta Aberta» foi refutada em termos bastante claros por um dos participantes no debate televisivo, Ruben Rolo, dos Oficiais da Marinha Mercante. Considerando falso o dilema unicidade/unidade, Ruben Rolo demonstrou que a questão se coloca entre unicidade e pluralismo, como se depreende dos exemplos francês e italiano. Aliás, o raciocínio daquela sindicalista poderia ser levado mais longe. Com efeito, se pusemos a hipótese de a lei sindical só vir a ser revista após a realização do Congresso dos Sindicatos e se neste, com a participação da maior parte dos sindicatos, for decidido manter a estrutura sindical unitária, que deveria a Assembleia da República fazer? Eliminar o princípio da unicidade ou mantê-lo? A quem interessaria a sua eliminação, já que à maioria dos trabalhadores não interessava?

No que se refere à questão da reestruturação da Inter ou à criação de uma nova Central, além de argumentos de índole histórica a favor da reestruturação, há um outro que nos parece importante e que não chegou a ser referido no debate televisivo. É que os sindicatos mais importantes da «Carta Aberta» (Escritórios e Bancários, por exemplo) estão filiados na Intersindical por decisão

das respectivas assembleias gerais, estando portanto vinculados a defender as suas posições no seio da própria Central. Por outro lado, durante o debate, parece-nos ter existido por parte do representante dos Escritórios de Lisboa, uma certa confusão entre a Intersindical (enquanto estrutura sindical) e o seu secretariado (órgão executivo). Trata-se de duas coisas distintas e é bom que se esclareça que há sindicatos que, reconhecendo a Inter e a necessidade da sua reestruturação, nunca aceitaram a actuação do seu secretariado.

Paridade

Finalmente, importa abordar uma outra questão controvertida. Trata-se da Comissão Organizadora do Congresso (Provisória), constituída no plenário de sindicatos realizado no dia 4 de Setembro. Os sindicatos da «Carta Aberta» que foram eleitos para essa comissão recusam-se a participar nela, alegando que ela não reflecte todas as correntes com expressão no movimento sindical e que com a actual composição ela é hegemónica pelo secretariado da Inter. Entendem estes sindicatos que a Comissão devia integrar todas as correntes, devendo os elementos componentes representar paritariamente os dois grupos — unicitário e unitário.

Tal posição não teve acolhimento no plenário do dia 4, o qual decidiu que a constituição da comissão atendesse a quatro factores: representatividade geográfica; representatividade de sectores; sindicatos filiados e não filiados na Inter e correntes com expressão no movimento sindical.

Entretanto, em Coimbra, realizou-se nova reunião dos sindicatos da «Carta Aberta», na qual foi elaborado um documento que na sua parte dispositiva reafirma todas as posições anteriormente assumidas, nomeadamente as que atrás se deixaram resumidas. Assim, aqueles sindicatos repudiam as «manobras cisionistas» da Inter, reafirmam a disposição de edificar uma Central Sindical Única, exigem a presença da Imprensa em todas as fases de preparação do Congresso e não admitem que a comissão organizadora seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical, exigindo que nela participem todas as linhas de expressão no actual movimento sindical português.

Os dados da situação são, em resumo, estes. As perspectivas de eliminar a divisão (ou a cisão como alguns quizerem) não são muitas. Todavia, muito há a esperar dos debates que vão continuar e sobretudo dos plenários de empresa e assembleias gerais sindicais.



Amanhã no "D. N."

Dmot 17/9/76

Mesa-redonda entre representantes da "Inter" e da "Carta Aberta"

Iniciaremos, amanhã, a publicação de um debate sobre problemas sindicais em que participaram, pela Comissão Organizadora Provisória do Congresso, Jaime Machado

(Secretariado da «Inter»), José Ernesto (Metalúrgicos), Almeida Ribeiro (Rodoviários de Setúbal) e Joaquim Venâncio (Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul) e,

como representantes dos subscritores da «Carta Aberta», José Luís Gaspar (Escritórios de Lisboa) e Vitor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas).

Ainda o Congresso dos Sindicatos

Lutz 17/9/76

Apelo da «Carta Aberta» na Sorefame

Apesar das manobras intimidatórias e dos comunicados emitidos pela Comissão Sindical dos Metalúrgicos e pela Comissão de Trabalhadores para o Controlo de Produção e Gestão, continua a circular na Sorefame o abaixo-assinado da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» sobre o Congresso dos Sindicatos. Abaixo-assinado que, como nós próprios pudemos verificar, conta já algumas centenas de assinaturas, provenientes de todos os sectores da empresa. Os subscritores, todos eles trabalhadores,

exercem um direito inalienável sem o qual não será jamais possível a democracia e consequentemente a unidade. É mais que altura de as falsas vanguardas e os manipuladores tomarem consciência que a emancipação dos trabalhadores é irreversível. Mau grado o clima de perseguição e repressão que pretendem a todo o momento criar, auxiliados até por órgãos de Informação que se dizem defensores dos interesses dos trabalhadores como o conhecido «O Diário» da manhã.

